



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Câmpus de Presidente Prudente

 **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**

**DATALUTA**



---

## RELATORIO DE PESQUISA

**“ORGANIZAÇÃO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA E DA REFORMA AGRÁRIA  
PARA ANÁLISE E MAPEAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA”**

**RELATÓRIO PARCIAL 2008/2009**



**Processo 110416/2007-4**

**Orientando:** José Sobreiro Filho

**Orientador:** Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, Abril de 2009.

## SUMÁRIO

Introdução	7
1- Resumo do Plano Inicial	8
1.1 - Objetivos Gerais	8
1.2 - Objetivos Específicos	8
1.3 - Plano de Atividades Detalhado	8
2 – O DATALUTA e a Questão Agrária do Pontal do Paranapanema	8
3 – O Pontal do Paranapanema	9
3.1 – Histórico do processo de concentração, desenvolvimento das desigualdades e conflitos no Pontal	9
3.2 – A questão agrária do Pontal do Paranapanema	21
3.3 – As ocupações de terras como principal forma na luta pela terra e os movimentos socioterritoriais no Pontal Paranapanema	27
3.4 – Os assentamentos rurais e uma discussão acerca do Programa Bolsa Família. Assistencialismo, compensação social ou redistribuição de renda?	53
3.5 – O avanço do capital sulcroacooleiro no Pontal do Paranapanema	70
4 – Detalhamento dos progressos realizados	83
5 - Plano de trabalho para a etapa seguinte	83
5.1 Cronograma para a etapa seguinte	84
6 - Atividades relacionadas à pesquisa	84
6.1 - Reuniões e colóquios	84
6.2 - Participações em eventos	85
6.3 - Trabalhos apresentados em eventos	85
7 - Considerações finais	85
8 – Referências bibliográficas	86

### Índice de Tabelas

TABELA 01 - POPULAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA POR MUNICÍPIO - 1970, 1980, 1991, 2000.	22
TABELA 02 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR MUNICÍPIO 1988- 2007	29
TABELA 03 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR MUNICÍPIO - 2007	42
TABELA 04 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA POR MUNICÍPIOS - 1984-2007	56

### Índice de Figuras

FIGURA 01 - FAZENDA PIRAPÓ-SANTO ANASTÁCIO.	11
FIGURA 02 – AVANÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA – 2002-2007. ÁREA DE CANA-DE-AÇÚCAR PLANTADA POR HECTARE	74

### Índices de Gráficos

GRAFICO 01 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS RURAIS - 1988-2007	26
GRAFICO 02 -PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2007	28
GRAFICO 03 -PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES - 1988-2007	31
GRAFICO 04 -PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES DO MST E OUTROS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 1988-2007	41

GRÁFICO 05 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA - MUNICÍPIOS ONDE OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS REALIZARAM OCUPAÇÕES NO PERÍODO 2000-2007	43
GRÁFICO 06 - EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007	44
GRÁFICO 07 - RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, NÚMERO DE OCUPAÇÕES E NÚMERO DE FAMÍLIAS - 2000-2007	45
GRÁFICO 08 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES - PARTICIPAÇÃO DO MST E DOS DEMAIS MOVIMENTOS (2000-2007)	45
GRÁFICO 09 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - 1984-2007	55
GRÁFICO 10 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS - 1984-2007	56
GRÁFICO 11 - PONTAL DO PARANAPANEMA - ÁREA DE CANA-DE-AÇUCAR E SOJA EM GRÃOS PLANTADA POR HECTARE - 1990-2007 FIGURA 02 - AVANÇO DA CANA-DE-AÇUCAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA - 2002-2007 - ÁREA DE CANA-DE-AÇUCAR PLANTADA POR HECTARE	72

### Índices de Mapas

MAPA 01 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES - 1988-2007 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES	35
MAPA 02 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES - 1988-2007 - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	36
MAPA 03 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES - 1988-2007 - MUNICÍPIOS COM OCORRÊNCIA DE OCUPAÇÕES	37
MAPA 04 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES - 2007 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES	38
MAPA 05 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES - 2007 - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	39
MAPA 06 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES - 2007 - MUNICÍPIOS COM OCORRÊNCIA DE OCUPAÇÕES	40

Mapa 07 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007 - ESPACIALIZAÇÃO DA FETRAF - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	47
Mapa 08 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007 - ESPACIALIZAÇÃO DA MAST - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	48
Mapa 09 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007 - ESPACIALIZAÇÃO DA MLST - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	49
Mapa 10 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007 - ESPACIALIZAÇÃO DA MLT - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	50
Mapa 11 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007 - ESPACIALIZAÇÃO DA MST - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	51
Mapa 12 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007 - ESPACIALIZAÇÃO DA MTSTCB - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	52
Mapa 13 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2007 - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	53
MAPA 14 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - 1984-2007 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	58
MAPA 15 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - 1984-2007 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	59
MAPA 16 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - 1984-2007 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS	60
MAPA 17 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - 1984-2007 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS	61
MAPA 18 - PONTAL DO PARANAPANEMA - BENEFICIADOS PELO BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO- 2003 - NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BOLSA FAMÍLIA	66
MAPA 19 - PONTAL DO PARANAPANEMA - BENEFICIADOS PELO BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO- 2004 - NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BOLSA FAMÍLIA	67
MAPA 20 - PONTAL DO PARANAPANEMA - BENEFICIADOS PELO BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO- 2005 - NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BOLSA FAMÍLIA	68
MAPA 21 - PONTAL DO PARANAPANEMA - BENEFICIADOS PELO BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO- 2006 - NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BOLSA FAMÍLIA	69
MAPA 22 - PONTAL DO PARANAPANEMA - BENEFICIADOS PELO BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO- 2007 - NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BOLSA FAMÍLIA	70

MAPA 24 – PONTAL DO PARANAPANEMA – ÁREA DE CANA PLANTADA POR MUNICÍPIO (HECTARE) – 2003. ÁREA DE CANA PLANTADA.	77
MAPA 25 – PONTAL DO PARANAPANEMA – ÁREA DE CANA PLANTADA POR MUNICÍPIO (HECTARE) – 2004. ÁREA DE CANA PLANTADA.	78
MAPA 26 – PONTAL DO PARANAPANEMA – ÁREA DE CANA PLANTADA POR MUNICÍPIO (HECTARE) – 2005. ÁREA DE CANA PLANTADA.	79
MAPA 27 – PONTAL DO PARANAPANEMA – ÁREA DE CANA PLANTADA POR MUNICÍPIO (HECTARE) – 2006. ÁREA DE CANA PLANTADA.	80
MAPA 28 – PONTAL DO PARANAPANEMA – ÁREA DE CANA PLANTADA POR MUNICÍPIO (HECTARE) – 2007. ÁREA DE CANA PLANTADA.	81

## **Introdução**

Neste relatório parcial cumprimos com os objetivos do projeto, realizando a sistematização, o mapeamento e análise de dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Esses dados são referentes aos assentamentos rurais, às ocupações de terras, aos movimentos socioterritoriais e incorporamos a territorialização da cana-de-açúcar para uma discussão da disputa territorial. Estes são elementos que contribuem para analisar a questão agrária utilizando-se dos dados e do levantamento bibliográfico tendo como recorte territorial a região do Pontal do Paranapanema.

Na análise dos dados da região do Pontal do Paranapanema refletimos sobre a intensidade da conflitualidade da questão agrária da região, onde identificamos diferentes elementos e processos: ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, avanço do capital sulcroativo, entre outros.

O presente relatório está dividido em cinco partes. A primeira em que descrevemos o processo de ocupação e a origem da desigualdade no Pontal. A segunda parte em que suscitamos uma reflexão acerca da questão agrária atual. A terceira parte em que demonstraremos a abrangência e compreensão das ocupações de terras e a atuação dos movimentos socioterritoriais. Na quarta parte, faremos uma leitura a respeito dos assentamentos rurais e uma breve leitura do impacto do programa bolsa família na região. Por fim, na quinta parte fazemos uma reflexão acerca do avanço do capital sulcroativo na região.

## **1- Resumo do Plano Inicial**

### **1.1 - Objetivos Gerais**

Desenvolver as atividades relacionadas ao processo de organização dos dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, para análise, compreensão e desenvolvimento teórico acerca da questão agrária do Pontal do Paranapanema.

### **1.2 - Objetivos Específicos**

Digitação dos dados e aprofundamento na compreensão da amplitude dos processos a respeito da questão agrária no Pontal através do estudo das categorias: ocupações, movimentos socioterritoriais e assentamentos rurais.

### **1.3 - Plano de Atividades Detalhado**

- 1– Digitar os dados de assentamentos rurais;
- 2– Levantar e digitar os dados de ocupações de terra;
- 3– Participar dos colóquios e reuniões da rede DATALUTA;
- 4 – Levantar informações sobre movimentos socioterritoriais;
- 5 – Estudar bibliografia básica e pesquisar novas referências;
- 6 – Apresentar os resultados da pesquisa em eventos científicos;
- 7 – Elaborar relatório final.

## **2 – O DATALUTA e a Questão Agrária no Pontal do Paranapanema**

Como forma de compreender a Questão Agrária do Pontal do Paranapanema analisamos os dados sistematizados pelo DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela



Terra e juntamente à literatura realizamos um debate acerca de alguns dos processos referentes à questão na região. Para facilitar a compreensão e tornar mais representativos os dados elaboramos mapas, gráficos, quadros e tabelas cuja intensão é facilitar a compreensão do trabalho. Utilizaremos a definição da UNIPONTAL<sup>1</sup> para compreensão da área da região estudada.

O Pontal do Paranapanema situa-se no extremo sudoeste do Estado de São Paulo tendo como limite o encontro dos rios Paraná e Paranapanema. Uma parte do Pontal já foi denominada de Alta Sorocabana, durante o século XX. O Pontal é uma das regiões mais pobres, juntamente com o Vale do Ribeira, e conflituosas do Estado de São Paulo.

A posse das terras é o principal motivo da conflitualidade e complexidade da questão agrária da região, que pode ser compreendida em parte com os dados e em outra com a literatura a respeito do tema. Sendo assim, por meio do DATALUTA analisamos com base nos dados os processos em desenvolvimento na região, o grau de conflitualidade da luta pela terra, resistência e o avanço dos movimentos camponeses e do agronegócio.

### **3 – O Pontal do Paranapanema**

#### **3.1 – Histórico do processo de concentração, desenvolvimento das desigualdades e a origem dos conflitos no Pontal**

Nesta parte do relatório trabalharemos a ocupação do Pontal do Paranapanema com base nas obras: A ocupação do Pontal do Paranapanema de José Ferrari Leite, Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo de Pierre Monbeig; Mobilização camponesa no Pontal: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 - 1996 e RIST – Relatório de Impactos

---

<sup>1</sup> Segundo a definição da UNIPONTAL - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema<sup>1</sup> - a região abrange os municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapózinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio, sendo assim, composto ao total por 32 prefeituras.

Socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema de Anderson Antonio da Silva, Bernardo Mançano Fernandes e Renata Cristiane Valenciano.

A frente pioneira foi determinante para o processo de ocupação do Estado de São Paulo. De acordo com Pierre Monbeig (1984), na região do Pontal do Paranapanema, o avanço da frente pioneira destruiu o território indígena. Visto a ameaça ao domínio do território, a população indígena objetivando afugentar o homem branco realiza ataque a alguns agrupamentos da frente pioneira, como descreve Leite:

Comprimidos entre as frentes pioneiras procedentes do oeste e o rio Paraná, a oeste, não restara outra opção aos “caigangues” senão atacar, vez por outra, ao pôr-do-sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta. (LEITE, 1981, p.43).

Em contrapartida às atitudes dos indígenas, jagunços realizaram várias expedições com o objetivo de exterminar a população indígena da região.

Porém o revide do colonizador branco era terrível. Era contratar bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. Houve expedições, na época chamadas “dadas”, unicamente para liquidar os índios. (LEITE, 1981, p.43).

A violência do colonizador branco sobre a população indígena revela que o processo de ocupação do Pontal desde o seu início foi realizado através de meios considerados desumanos, provocando a expropriação e o extermínio da população indígena com o objetivo de assegurar a posse do novo território ao colonizador.

Após a “limpeza do território” no final do século XIX, ocorreu a abertura da estrada “Boiadeira<sup>2</sup>”, que facilitou a entrada na região. A estrada viabilizaria o transporte de produtos para o comércio e a chegada de nova população. Posteriormente com a inauguração da Estrada de Ferro Alto Sorocabana, a região teve um processo de valorização das terras.

---

<sup>2</sup> A boiadeira estava aberta desde 1905, ligando as pontas dos trilhos da Sorocabana até as margens do rio Paraná no Porto de Tibirica, facilitando a passagem do gado bovino proveniente do Estado de Mato Grosso (Leite pg. 33).

Outro fator determinante no processo de ocupação do Pontal do Paranapanema foi a lei de Terras<sup>3</sup> que entre o período de 1850-1856 permitia que pessoas com posses ou sesmarias regularizassem suas terras em uma unidade paroquial, assim, as terras registradas eram legalmente consideradas e reconhecidas pelo Estado como domínio particular, transformando as terras em propriedade privada. As terras restantes seriam consideradas terras devolutas e retornariam para posse do Estado, com o objetivo de colonizar e incentivar a imigração e o estabelecimento da agricultura com pequenos agricultores.

No Pontal do Paranapanema a grilagem foi um dos principais processos que determinou e configurou a sua complexa questão agrária. Na região, a grilagem surge com Antonio José de Gouveia, que em maio de 1856 teria extraído na paróquia de São João Batista do Rio Verde no município de Itaporanga com o vigário frei Pacífico de Monte Falco o registro da Gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. No registro do vigário ou registro paroquial como também ficou conhecido Gouveia declarou morada nas terras desde 1848.

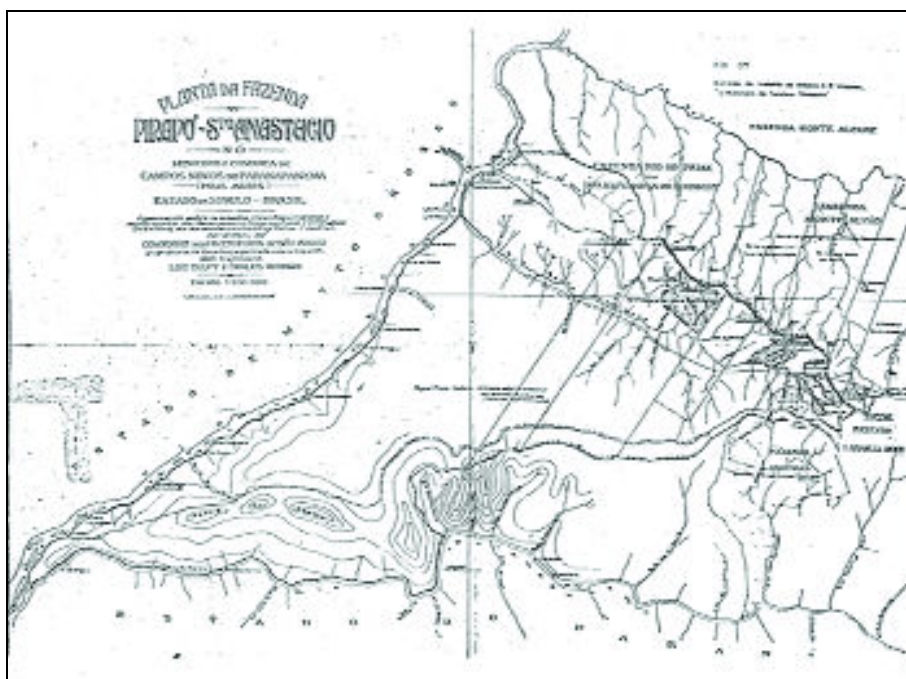


Figura 01 – Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Fonte: LEITE, José Ferrari, 1981.

<sup>3</sup> Foi uma das primeiras leis agrárias brasileiras, tendo origem após a independência do Brasil e sendo apresentada por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1843 ao Conselho de Estado do Império.

Porém, o registro paroquial era falso e foi realizado em período posterior ao vencimento da Lei de Terras. De acordo com Leite (1998) e Antonio; Fernandes; Valenciano (2006) a posse das terras foi determinada ilegal devido à promulgação da lei 601, em período anterior à realização do registro da fazenda:

Essas falsificações ocorreram visto que os “proprietários” deveriam legitimar as suas posses com base na lei nº 601, de 1850, conhecida como lei de terras. A lei de terras determinava o fim das declarações de posse por meio dos registros paroquiais e permitia apenas a legitimação de terras, devolutas. (ANTONIO; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 62).

Embora a posse das terras fosse declarada ilegal José Gouveia teria vendido a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio para Joaquim Alves de Lima que em seguida veio a falecer, deixando como herança a posse das terras para seu filho João Evangelista. Este foi o primeiro a tentar a legitimação das terras por meios legais em 1886, porém, a tentativa foi mal sucedida.

Outro grilo importante, de dimensão superior ao da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, e que influenciou na história do Pontal foi o da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. Sua origem esta ligada a José Teodoro de Souza que extraiu seu registro paroquial com o Vigário Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu, conhecidamente lavrado no mesmo mês em que ocorreu a posse de José Gouveia. Nos documentos de posse Teodoro alegava morada habitual desde 1847.

As histórias das duas fazendas se cruzam quando o coronel Manuel Pereira Goulart e Francisco de Paula Moraes genro de José Teodoro de Souza e suposto proprietário das terras, solicitam a legitimação das terras alegando serem possuidores das terras que tiveram posse em 1850 e afirmavam ter diferentes culturas. No mesmo ano, 1886, João Evangelista de Lima também tenta o pedido de reconhecimento legal da fazenda Pirapó-Santo Anastácio como sua propriedade. Visto que os processos estavam repletos de falsidades e erros o governo reconhece como nulos, imprestáveis e falsos os documentos.

Entretanto, mesmo sem os reconhecimentos de posse, João Evangelista e Manuel Pereira Goulart acordam em permutar as propriedades. Assim, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy passa a ser de João Evangelista e a fazenda Pirapó-Santo

Anastácio de Goulart, que inicia uma corrida para obter a legitimação das terras<sup>4</sup>. Porém, Goulart sabendo que não havia posse legal das terras e que por causa disso a permuta era nula buscou um meio de conseguir o reconhecimento do governo necessário para efetuar transações com “suas” terras.

A obtenção mais favorável e próxima da posse que Goulart conseguiu foi o reconhecimento de uma petição encaminhada ao Ministério da Agricultura que solicitava a alocação de colonos estrangeiros na Fazenda Pirapó-Santo Anastácio em 28 de fevereiro de 1891.

Os termos “sua fazenda” foram suficientes para Goulart e tiveram força de legitimação da sua posse. A partir daí, vendeu, trocou e doou terras. (LEITE, 1981, p. 43).

A principal consequência da autorização foi o desencadeamento de um processo de venda e trocas. Também, por consequência do não reconhecimento legal das terras, por pensar que as terras continuavam devolutas e em dúvida ao título de Goulart, começaram a surgir centenas de “grilos” realizados por aventureiros paulistas e mineiros sobre um “Grilo Mãe” que era a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (FERNANDES, 1996).

O acesso à região foi facilitado com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana que promoveu a territorialização da grilagem. A estrada se originava em Botucatu e seguia em sentido às margens do Rio Paraná, tendo como intuito viabilizar o acesso do Estado de São Paulo ao Estado do Mato Grosso. A ocupação da terra somente se efetivou com a construção da estrada de ferro, fortemente incentivada pelo governo por motivos militares e políticos<sup>5</sup>, que aumentou a procura das terras para o estabelecimento de culturas e sendo determinante para a origem dos municípios e distritos, que por sua vez confirmariam o processo de ocupação da região. A construção da ferrovia facilitou a chegada de comerciantes, aventureiros, especuladores e foragidos. Mas também trouxe imigrantes, como os alemães, italianos, espanhóis e japoneses que contribuíram para a realização de atividades agrícolas, principalmente familiar. Concomitantemente, como pequenos vilarejos,

---

<sup>4</sup> A permuta foi realizada em 11 de janeiro de 1890 no Tabelionato José Manuel de Almeida em Santa Cruz do Rio Pardo. Ver Leite, 1981.

<sup>5</sup> A ocupação pela infantaria paraguaia à cidade de Corumbá em 3 de janeiro de 1864 foi um dos fatos que despertou os olhos do governo brasileiro, contribuindo para acelerar o processo de ocupação do território na região Centro-Oeste e garantir a soberania nacional. Ver Leite, 1981

surgiram municípios ao longo da estrada de ferro, como: Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922) (PASSOS, 2003).

Com a chegada da ferrovia e o mercado bem favorecido para a venda de café, acelera-se o processo de divisão de parte da fazenda<sup>6</sup> e o avanço da cultura na região, assim como em outras do Estado, que passou a investir na cafeicultura. Considerando o rápido avanço do café no Estado de São Paulo e sua responsabilidade por grande parcela da economia do país, a estrada de ferro Alto Sorocabana se demonstrou cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico e como fator determinante no processo de ocupação da região:

A cafeicultura e a ferrovia desempenharam papel importante na ocupação do Pontal do Paranapanema, permitindo a formação de alguns povoamentos que se elevaram à categoria de municípios e, atualmente, desempenham funções importantes na prestação de serviços para a região do Pontal do Paranapanema. (ANTONIO; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 67).

Porém, logo após a crise que abalou a economia mundial em 1929 com uma grande recessão, na região a cultura do café foi substituída pela cultura do amendoim e algodão. Além disso, outras culturas em menores escalas foram inseridas no Pontal a fim de minimizar os efeitos da crise. A queda do preço do café e a situação duvidosa das terras no Pontal contribuíram fortemente para desvalorizar e desacelerar o processo de comercialização das terras na região. Porém, posteriormente, com a eleição de Getúlio Vargas à Presidência e a recuperação da economia as terras no Pontal voltam a se valorizar, aumentando assim o número de ocupantes e posseiros na região<sup>7</sup>.

Nesse mesmo período, Manoel Goulart acelerou o processo de divisão da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, negociando com numerosos compradores. Nesse tempo algumas propriedades griladas e compradas por especuladores eram invadidas por intrusos com outros falsos títulos de propriedade da terra. Ocorreram relatos de

---

<sup>6</sup> Algumas fazendas da divisão da Pirapó-Santo Anastácio ficaram famosas por sua elevada proporção, como a Fazenda Vale do Paranapanema, a Ribeirão Grande e Antas e a Gleba Caiuá-Veado, todas possuindo dimensão superior a 12.000 hectares.

<sup>7</sup> Nessa época acirraram-se os conflitos na região. Havia um grupo de capangas especializados em expulsar outros grileiros e ocupantes.

grilagem da grilagem com casos de conflitos entre grileiros pequenos e grandes grileiros que utilizavam grupos de jagunços armados para combater os pequenos ocupantes. O objetivo da venda das terras na região era promover sua valorização e assegurar a posse das terras. Porém, no transcorrer da tentativa de legalização das terras, o Estado identificou mais uma vez a irregularidade das terras compreendidas no grilo mãe Fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

Em dezembro de 1930, a Fazenda do Estado de São Paulo opõe-se à partilha da Pirapó-Santo Anastácio; em uma longa petição encaminhada ao juiz da comarca de Presidente Prudente alegando ser nulo o processo divisório... porque “os títulos originais da posse e domínio particulares sobre as terras da aludida Fazenda foram falsificados criminosamente, como fim de lesar o patrimônio do estado. Assim, (diz o opoente) todos os títulos referentes ao imóvel dividendo, desde o registro paroquial de 14 de maio de 1856, até a permuta feita, em 11 de janeiro de 1890, entre João Evangelista de Lima e Manuel Pereira Goulart, são falsos ou nulos e sem qualquer valor jurídico. Nestas condições, tais terras fazem parte do domínio do estado, como devolutas que são [...] “. (LEITE, 1981. pg. 46).

Visto que a petição foi recusada pelo juiz o Estado buscou mais indícios para provar as ilegalidades da Fazenda. Posteriormente foi identificado também à falsidade da assinatura e o reconhecimento da firma constada no registro paroquial da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio trinta anos após a morte do frei Pacifico de Monte Falco. O Estado, em 1932 e 1936, publicou notas na imprensa comunicando a periculosidade da aquisição de terras no Pontal por serem terras devolutas. Ocorreram tentativas mal sucedidas através de meios políticos visando à legalização das terras<sup>8</sup>. Durante o transcorrer do processo na comarca de Presidente Prudente e no fórum, as matas eram derrubadas e além do avanço da pastagem para o gado bovino algumas culturas cresciam sobre a área da mata, dando nova configuração à paisagem da região.

Em 1908, o coronel Manoel Goulart já hospitalizado e junto a sua mulher negociam com a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo cerca de 70.000 hectares. Posteriormente essas terras foram oferecidas como garantia hipotecária a bancos franceses. Em 1927 a companhia fale e em 1928 seus direitos e bens são passados ao Coronel Alfredo Marcondes Cabral.

---

<sup>8</sup> A Emenda nº 47 de deputado e advogado João Carlos Fairbanks.

... “os direitos e ações sobre quaisquer sobras ou remanescentes da propriedade territorial denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, porventura existentes e que não foram ou não puderam ser arrecadados por estarem detidos por terceiros”. (LEITE, 1981, pg. 51).

Enquanto isso, a família de Goulart deu continuidade ao processo de comercialização das terras.

Enquanto os descendentes de Manoel Pereira Goulart, especialmente seu filho coronel Francisco de Paula Goulart, retalhavam e vendiam em sítios e fazendas a parte que lhes restava da Pirapó-Santo Anastácio, fazendo crescer e movimentar-se a cidade de Presidente Prudente, o Pontal do Paranapanema ia sendo morosamente penetrado e grilado, aparecendo, às vezes, um rancho perdido na solidão da mata tropical. (LEITE, 1981, pg. 52).

Posteriormente Alfredo Marcondes transfere seus dois terços da antiga Fazenda Pirapó-Santo Anastácio a Heitor Xavier da Cunha e a Homero de Barros Viegas que por sua vez vende as terras à Companhia Imobiliária e Agrícola Sulamericana, visto que o gerente e o presidente da empresa eram Alfredo Marcondes Cabral e José Castilho Cabral (Leite p. 52). A Companhia acelera o processo de comercialização das terras

Na década de 1940, inicia-se na região um amplo processo de desmatamento e ocupação agrícola, para implantação de fazendas de criação de gado, cultivo de algodão e amendoim. Muitas fazendas da região foram construídas através do abuso do trabalho de posseiros e imigrantes que trabalhavam com a promessa de posteriormente poder produzir na área, mas acabavam sendo expulsos ou eliminados das terras.

Foi nessa época que surgiu a célebre figura do “quebra-milho”, capanga contratado por grandes grileiros com o fito de expulsar outros grileiros e portadores de falsos títulos de domínio, bem como os posseiros.

As demarcações de terras também passam a gerar sérias refregas, pois era freqüente descobrir-se que uma ou outra fazenda havia sido invadida por ocupantes de propriedade contígua cujos peões já haviam derrubado 200 ou 400 hectares de matas.



Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém-abertos. (LEITE, 1981, pg. 53).

A expansão da fronteira agrícola e da criação de pasto para gado bovino provocou graves impactos ambientais, como: erosão, exaustão do solo, assoreamento dos córregos e etc. Na mesma década o Governo Estadual criou três reservas florestais para conservação da fauna e flora, Lagoa São Paulo, Morro do Diabo e Grande Reserva do Pontal. Dentre as reservas criadas, apenas a reserva florestal Morro do Diabo restou, as outras foram consumidas pelo avanço da pastagem. O desmatamento ocorreu de maneira intensa no período de 1945-1965, contribuindo para o processo de degradação do meio ambiente e destruição das reservas florestais existentes no Pontal.

A grilagem de terras continua sendo um elemento estruturante da questão agrária do Pontal do Paranapanema. Este elemento, evidentemente, gerou conflitualidades entre grileiros e camponeses. Em Santo Anastácio, a Liga Camponesa estabelecida em Abril de 1946 sob influência do PCB – Partido Comunista Brasileiro, representava os interesses dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, ou seja, da classe trabalhadora rural, por consequência fortalecendo o partido na região (WELCH, 2009). Além da defesa dos interesses dos camponeses, as ligas visavam a promoção da reforma agrária, sendo assim, tida pela classe dominante como ameaça à ordem e à propriedade privada.

A Liga fora compreendida como uma organização representativa, por parte da classe trabalhadora rural, incômoda, por parte da classe dominante. Com a ditadura Vargas, intensificou-se a perseguição política, em Junho de 1946, a Liga foi fechada. Também, diante das repressões do estado o PCB foi fechado e posto na ilegalidade, obrigando a manter relações clandestinas durante a década de 1950. As ligas camponesas no Pontal foram uma breve experiência de organização e de resistência dos camponeses na luta contra a grilagem, que se consolidará somente quatro décadas depois, ou seja, na década de 1990 com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nestes quarenta anos, ocorreram diversas e variadas formas de resistência dos camponeses, sempre sob a perseguição implacável dos grileiros, como comentaremos adiante. A questão da grilagem e da reforma agrária não foi resolvida nas décadas seguintes, por um lado por causa da ditadura militar e por outro por causa do poder político dos coronéis grileiros. Foi neste

contexto que ocorreu a deposição do Presidente João Goulart, dentre os motivos destacava-se o propósito de livrar a nação do “perigo comunista (WELCH, 2009).

Com o General Humberto de Alencar Castelo Branco ocorreu à aprovação do Estatuto da Terra, uma lei de reformas fundiárias que permanece até hoje apenas como uma referência. O governo favoreceu os ruralistas e condenou os trabalhadores rurais. Com a modernização da agricultura que intensificou o uso de tecnologias com a substituição do trabalhador pela máquina. Sem reforma agrária, o processo de agroindustrialização da produção resultou no aumento da concentração de terras, do êxodo rural e o desemprego rural.

As decisões em escala nacional influíam no Pontal. Durante esse período intensificou-se o processo de vendas e desflorestamento da região, tanto por grileiros, ocupantes, imigrantes e etc. como o caso da gleba Santa Rita (WELCH, 2009). Nesse processo várias famílias foram usadas para realizar o desmatamento e a formação de fazendas (LEITE, 1981; WELCH 2009). A exploração dos camponeses não diminuiu as formas de resistências nas terras devolutas. Na década de 1970 a Gleba Santa Rita foi uma longa luta com a presença da polícia em vários momentos. Dentre os vários casos de expulsão de famílias, foram registrados casos em que a polícia expulsou, queimou os pertences, arrancou as plantações e matou os animais, envenenou as nascentes. Mesmo diante desta realidade, as famílias continuaram ocupando as terras. As repressões por parte do governo contra os pequenos agricultores e camponeses na região contribuíram para a expansão da agricultura capitalista (WELCH, 2009).

No período do Governo Médici por causa do milagre econômico, a sua popularidade cresceu com a criação de programas como o PRORURAL que se popularizou pela iniciativa de dar assistência médica ao campo e outros serviços sociais. Os STRs – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foram usados por esta política que viabilizava o controle por parte do governo ditatorial, visto que através de políticas assistencialistas o Estado poderia com maior facilidade controlar a população (WELCH, 2009).

Durante este período de lutas alguns personagens foram importantes para defender e ajudar a luta dos sem-terra, como Zelmo Denari vinculado ao PC – Partido Comunista, contribuindo com a briga em provar o caráter devoluto das terras. Aos poucos ocorria uma abertura política, porém, as lutas na justiça levavam um longo tempo para a comprovação da legitimidade da posse da terra e que as terras eram

devolutas. A partir de 1975 a imprensa passou a dar mais atenção a Fazenda Santa Rita, visto que a questão evidenciava a problemática dos camponeses. Nesse contexto, os sindicatos serviam para apoiar os sem-terra como interlocutores e defensores.

Estes dois papéis do sindicato – como assistente de primeiro socorro e propagandista – foram contínuos durante o período. Mais dois papéis também foram típicos do sindicato de Teodoro Sampaio: o de interlocutor e o de defensor, que colocaram o sindicato na imprensa como representante dos sem-terra antes das autoridades administrativas e judiciais. Estas formas de atuar foram as mais tradicionais de uma organização de classe e, obviamente, o regime aceitou a idéia. (WELCH, 2009, pg. 13)

A questão da gleba Santa Rita é um exemplo de como o problema fundiário no Pontal é moroso. Esta questão só foi resolvida no final da década de 1990. Com a redemocratização, surgiram novos movimentos camponeses e organizações de apoio, como por exemplo, o MST e a CPT – Comissão Pastoral da Terra. Nesta Gleba, o MST e a CPT entraram na disputa. Todavia, por causa da forte influência conservadora da igreja, os sem-terra do Pontal pouco contaram com o apoio da CPT. Se a mesma foi importante para o estabelecimento do MST no Estado de São Paulo, conforme relata Fernandes, 1996, o mesmo não ocorreu no Pontal.

Foram as ameaças, por parte do MST, em ocupar as terras, respaldada nas condições socioeconômicas dos trabalhadores rurais e camponeses que o movimento avançou pressionando e reclamando ao governo para a realização da reforma agrária. Em 1986, com o Presidente José Sarney que terminou a longa luta pela Gleba Santa Rita, realizando a desapropriação ao por em pratica o Estatuto da Terra de 1964 (WELCH, 2009). A realização da desapropriação simbolizou uma superação e conquista para a luta camponesa na região.

O fortalecimento do MST na região realizou-se com a chegada de José Rainha em 1991. Sua forte atuação com mobilização de milhares de famílias chamou a atenção da imprensa na região e movimentou ainda mais a luta pela terra levando-a ao conhecimento nacional e internacional.

Nos próximos capítulos suscitaremos uma reflexão acerca da atualidade da questão agrária no Pontal do Paranapanema, objetivando a compreensão e acompanhamento dos processos e elementos referentes à realidade da região e que nos possibilite diferentes leituras sobre a continuidade deste processo histórico que vem se desenvolvendo na região.

### 3.2 – A Questão Agrária do Pontal do Paranapanema

Como vimos no capítulo anterior o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema foi formado por irregularidades, abusos, falsidades, devastação ambiental, ilegalidades e conflitos.

Fatos importantes como a grilagem, o forte vínculo da classe hegemônica com o poder judiciário colaborou para caracterizar o Pontal do Paranapanema como uma região com fortes conflitos, grande desigualdades e concentração fundiária. Atualmente o Pontal é caracterizado pela sua conflitualidade existente entres os movimentos socioterritoriais<sup>9</sup> que lutam pela terra, os latifúndios e recentemente o avanço do agronegócio materializado pela expansão da cana-de-açúcar na região. Apesar de a região ter um dos maiores números assentamentos rurais, compreendendo quase metade dos assentamentos do Estado de São Paulo, não suficientes para alterar a estrutura fundiária da região.

O processo de luta pela terra e reforma agrária mudou a tendência do êxodo rural na região. Não só pela permanência na terra, mas também pela entrada de novas famílias por meio das políticas de criação de assentamentos rurais. Os censos demográficos do período de 1970-2000 (ver tabela 01) revelam que a população total do Pontal apresentou crescimento, todavia ao observarmos detalhadamente os dados da população urbana e da população rural, identificamos que no período ocorreu um significativo refluxo da população rural por causa do êxodo, mas observa-se que a partir da década de 1980, o decréscimo da população rural diminui e há a tendência aumento para o censo de 2010. Esta mudança de tendência é resultado das ações de luta pela terra e das políticas de reforma agrária. Ao mesmo tempo, a questão agrária ganhou um novo elemento com a modernização da agricultura. Neste sentido, a resistência camponesa encontra um novo desafio. São as investidas do agronegócio que procuram desterritorializar o campesinato. Esta nova realidade é parte fundamental dos conflitos existentes para a mudança da estrutura fundiária, conforme trabalharemos nos próximos capítulos.

---

<sup>9</sup> Sobre o conceito de movimento socioterritorial, ver Fernandes, 2005.

**Tabela 01 - População do Pontal do Paranapanema por município - 1970, 1980, 1991 e 2000**

Municípios	1970			1980			1991			2000		
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total
Alfredo Marcondes	2.009	4.858	6.867	2.104	2.205	4.309	2.290	1.203	3.493	2.672	1.025	3.697
Álvares Machado	6.480	10.825	17.305	8.921	5.732	14.653	15.387	3.478	18.865	20.096	2.565	22.661
Anhumas	1.025	4.584	5.609	1.442	1.979	3.421	1.882	1.360	3.242	2.507	904	3.411
Caiabu	1.231	5.781	7.012	1.180	2.522	3.702	2.396	1.458	3.854	3.115	962	4.077
Caiuá	1.242	4.029	5.271	1.245	1.726	2.971	1.460	1.881	3.341	1.769	2.423	4.192
Emilianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.191	702	2.893
Estrela do Norte	486	2.836	3.322	1.025	2.265	3.290	1.653	1.124	2.777	1.786	839	2.625
Euclides da Cunha Paulista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.431	3.783	10.214
Iepê	4.530	8.056	12.586	5.997	3.363	9.360	7.587	2.426	10.013	5.958	1.299	7.257
Indiana	2.182	2.974	5.156	2.885	1.487	4.372	3.464	1.158	4.622	4.061	871	4.932
João Ramalho	553	2.244	2.797	833	2.017	2.850	1.989	1.067	3.056	3.075	767	3.842
Marabá Paulista	1.077	5.964	7.041	1.281	2.582	3.863	1.904	1.590	3.494	2.048	1.651	3.699
Martinópolis	9.548	13.524	23.072	12.643	7.007	19.650	15.186	4.487	19.673	17.975	4.371	22.346
Mirante do Paranapanema	7.175	14.734	21.909	8.538	6.921	15.459	10.545	4.634	15.179	9.833	6.380	16.213
Nantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.659	610	2.269
Narandiba	732	3.276	4.008	1.512	2.021	3.533	1.926	1.212	3.138	2.282	1.461	3.743
Piquerobi	1.098	4.253	5.351	1.490	2.055	3.545	2.304	964	3.268	2.454	1.024	3.478
Pirapozinho	8.796	7.126	15.922	14.332	3.586	17.918	19.028	1.964	20.992	20.715	1.389	22.104
Presidente Bernardes	8.163	17.427	25.590	8.408	7.376	15.784	10.885	5.426	16.311	10.154	4.508	14.662
Presidente Epitácio	17.389	9.039	26.428	23.371	6.237	29.608	30.727	4.124	34.851	36.355	2.943	39.298
Presidente Prudente	92.601	13.106	105.707	129.624	7.225	136.849	160.227	5.257	165.484	185.229	3.957	189.186
Presidente Venceslau	18.477	7.499	25.976	26.715	3.445	30.160	34.388	1.732	36.120	34.554	2.793	37.347
Rancharia	14.478	7.563	22.041	17.953	5.388	23.341	23.076	3.837	26.913	24.989	3.783	28.772
Regente Feijó	6.203	4.163	10.366	8.036	3.047	11.083	12.293	2.670	14.963	15.266	1.732	16.998
Ribeirão dos Índios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.760	462	2.222
Rosana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.198	18.031	24.229
Sandovalina	977	2.113	3.090	1.131	1.604	2.735	1.645	758	2.403	1.750	1.339	3.089
Santo Anastácio	14.821	10.511	25.332	16.280	5.372	21.652	19.051	3.028	22.079	19.044	1.705	20.749
Santo Expedito	1.254	2.894	4.148	1.280	983	2.263	1.629	593	2.222	2.001	525	2.526
Taciba	884	6.217	7.101	2.300	2.224	4.524	3.311	1.439	4.750	4.242	979	5.221
Tarabai	1.543	2.056	3.599	2.176	1.389	3.565	3.931	783	4.714	5.227	559	5.786
Teodoro Sampaio	5.419	20.695	26.114	10.752	15.577	26.329	26.921	22.315	49.236	15.922	4.081	20.003
<b>Total</b>	<b>230.373</b>	<b>198.347</b>	<b>428.720</b>	<b>313.454</b>	<b>107.335</b>	<b>420.789</b>	<b>417.085</b>	<b>81.968</b>	<b>499.053</b>	<b>473.318</b>	<b>80.423</b>	<b>553.741</b>

Fonte: IBGE/SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Elaboração: José Sobreiro Filho

O conceito “Questão Agrária” surge com Kautsky (1986) que defende a tese do fim do campesinato decorrente do processo de assalariamento do camponês ou sua transformação para capitalista. Neste contexto, a Questão Agrária aparece como uma consequência da evolução e avanço do sistema capitalista no campo, que se apropria dos meios de trabalho, produção e das propriedades, causando profundas transformações socioeconômicas.

A questão agrária, em ampla escala, pode ser entendida e definida como um conjunto de processos e decorrentes do estabelecimento e desenvolvimento do sistema capitalista no meio rural. Fernandes expõe as semelhanças entre processos que se desenvolvem na América latina.

Questão agrária é o conjunto dos problemas criados no desenvolvimento da agricultura e da pecuária na sociedade capitalista. Na América Latina os problemas referentes à questão agrária estão relacionados à intensa concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, desemprego e exclusão dos camponeses, indígenas e trabalhadores assalariados. Por causa desses processos, surgem diferentes formas de resistências, como por exemplo: a luta pela terra, pela reforma agrária e por condições dignas de trabalho. Os confrontos entre processos expropriatórios e formas de resistência geram extrema violência contra os camponeses e assalariados, produzindo conflitualidades, que são divulgadas cotidianamente pelos meios de comunicação. (FERNANDES, 2005, p.46).

A lógica capitalista no campo caracteriza-se pela intensa concentração de terras e renda, pela exclusão, expropriação de pequenos proprietários e camponeses, impactos ambientais, entre outras. Sendo assim, cada região pode ter uma “Questão Agrária” única, apesar de ter elementos em comum e se vincularem para fortalecer a luta contra essa realidade, devido à unicidade do desenvolvimento de cada região, estado, país e etc. caracterizando, assim, a “Questão Agrária” como única e múltipla. Neste caso, a complexidade da questão agrária brasileira provém de várias realidades singulares e sua problemática é decorrente tanto da sua lógica operacional capitalista que ignora ou não compreende a Questão Agrária e suas especificidades, fator determinante no fracasso de algumas políticas de reforma agrária.

Neste contexto, para compreender a questão agrária e atual configuração territorial do Pontal do Paranapanema um bom caminho é tomar conhecimento de

suas especificidades e para isso remontar ao seu complexo processo de ocupação e a sua atual configuração territorial. A origem das desigualdades e conflitos fundiários do Pontal esta amparada em uma lógica concentradora e de irregularidades jurídicas historicamente construídas e ainda mantidas.

O latifúndio e o “grilo” são partes importantes da história do Pontal e fundamental para compreender a realidade socioeconômica e política da região. Além disso, a imagem do atraso dado pelo latifúndio caracteriza-se pela improdutividade, fato que perante a constituição federal possibilita a realização da reforma agrária pelo não cumprimento da função social da propriedade, motivando e intensificando a luta pela terra na região. Neste contexto, também aparece em seu passado práticas como o coronelismo e o clientelismo, que foram possíveis por meio do poder político e econômico adquirido com a posse das terras, suas práticas contribuíram eficazmente para assegurar futuros arranjos que manteriam a concentração e promoveriam a exclusão.

Nesse processo de concentração e exploração vem se desenvolvendo e ganhando força a imagem do agronegócio na região, que diferentemente do latifúndio causa a exploração, a expropriação e a concentração pela sua intensa produção.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. (FERNANDES, 2005, p. 1-2).

A territorialização do Agronegócio na região vem acontecendo sobre o espaço que anteriormente era de posse do latifúndio. Sendo assim, a conflitualidade que antes se dava, necessariamente, entre o latifúndio e os movimentos socioterritoriais passam a ter o agronegócio como novo elemento de oposição, porém mais forte e socioeconômico e juridicamente mais articulado para assegurar seus ganhos e benefícios, assegurando a realidade excludente e concentradora da região.



Com as atenções voltadas para o Pontal do Paranapanema, podemos constatar que a expansão da agroindústria canavieira não traz alento para os trabalhadores e para a comunidade regional, visto estar se consolidando sem que seja assegurada nenhuma garantia à já ameaçada produção de alimentos, como financiamentos e políticas públicas para ampliar os horizontes da Reforma Agrária e de criação e viabilização de assentamentos rurais. A via *prussiana*, condenada historicamente e incapaz de garantir desenvolvimento social e sustentável para a manutenção dos camponeses no campo e em condições satisfatórias para plantar e viver com as famílias na terra, é a opção em que o Estado e o capital estão apostando. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 16-17).

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema que anteriormente tinha como forte característica o avanço dos movimentos sobre as terras griladas e improdutivas, passa a contrair um novo processo. O avanço do agronegócio sobre o território camponês<sup>10</sup> vem se apropriando dos assentamentos e explorando a mão-de-obra dos assentados para a lida no corte da cana, que via de regra, no assentamento, não encontram muitas alternativas devido à falta de auxílio do governo e às limitações naturais da região, e dificultando a resistência na região.

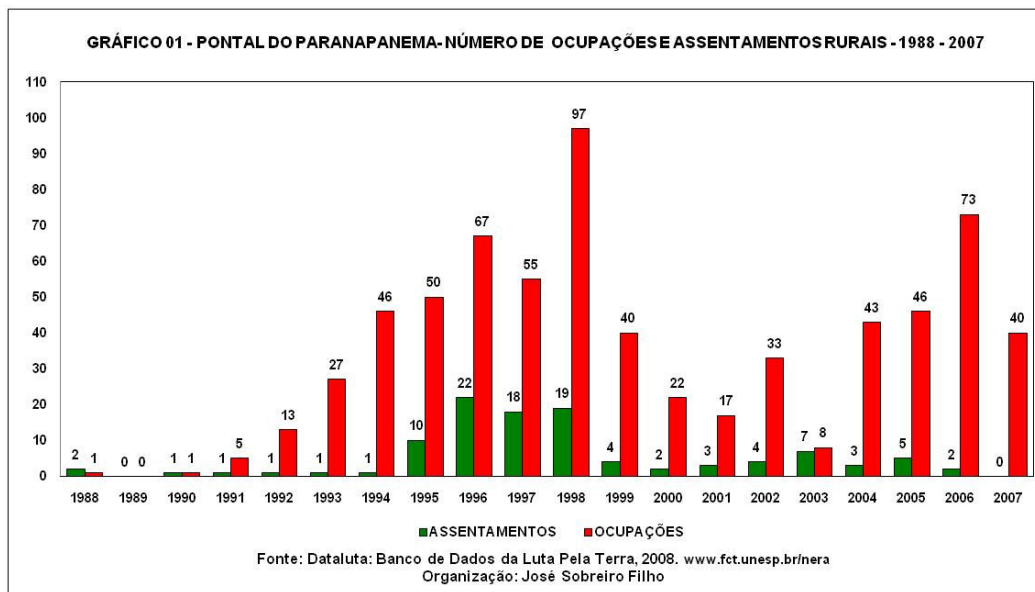
E é por dentro das contradições que explicitam as faces da luta de classes pela via das disputas territoriais que podemos entender o esforço permanente do capital para expulsar os trabalhadores da terra e a perseverança dos trabalhadores para se manterem na terra. Assim, temos o redesenho das formas de uso e exploração da terra, por meio das ações do capital, ao absorverem os camponeses assentados para o trabalho no corte da cana-de-açúcar – como já ocorre no Pontal do Paranapanema e em outras regiões –, diante de total ausência de políticas públicas para conservá-los em condições de produção nos lotes. (THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 9).

Nesse caso, a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema visa além da conquista da terra também a resistência. Os movimentos realizam manifestações políticas se mobilizando e lutando pelos seus direitos, revelando, assim, a gravidade da questão agrária da região e a incompetência do Estado para a realização de políticas de Reforma Agrária adequada. No transcorrer dos anos as ocupações de terras aparecem como forte alternativa para assegurar em pauta as problemáticas e

---

<sup>10</sup> A cana-de-açúcar é uma territorialidade do modelo de produção do agronegócio que vem crescendo e se expandindo na região.

garantir a realização de reforma agrária, visto que a incidência das ocupações de terra acompanha a criação de assentamentos rurais na região (gráfico 01).



Por fim, sabemos que a luta pela terra realizada dos movimentos no Pontal do Paranapanema envolve mais de 500 mil hectares de terras devolutas (Fernandes, 1996). Esta realidade recebeu novo elemento com o avanço do Agronegócio, que passou a se apropriar das terras griladas dos latifúndios para sua territorialização. Essas inúmeras irregularidades e desigualdades caracterizam o Pontal como uma das regiões mais conflituosas no tocante a disputa de terras e reforma agrária. Na região vive grande número de trabalhadores rurais que sobrevivem de maneira precarizada por meio de uma produção sem instruções e acompanhamento técnico ou através do crescente processo de assalariamento para o corte da cana-de-açúcar<sup>11</sup>. Há dez anos foi criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) para verificar a legitimidade das posses das terras. Todavia, os grileiros que formam a classe ruralista, detentora de poderes econômicos e políticos na região, têm conseguido impedir a realização da reforma agrária.

<sup>11</sup> O corte da cana tem se tornado uma possibilidade para a resistência no lote, visto que o Estado não mantém uma política favorável para a reprodução do camponês. Este exemplo no Pontal pode ser utilizado como referência para melhor compreensão da obra *A Questão Agrária* de Karl Kautsky, na leitura do processo de assalariamento do camponês.

### **3.3 – As ocupações de terras como principal forma de luta pela terra e os movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema**

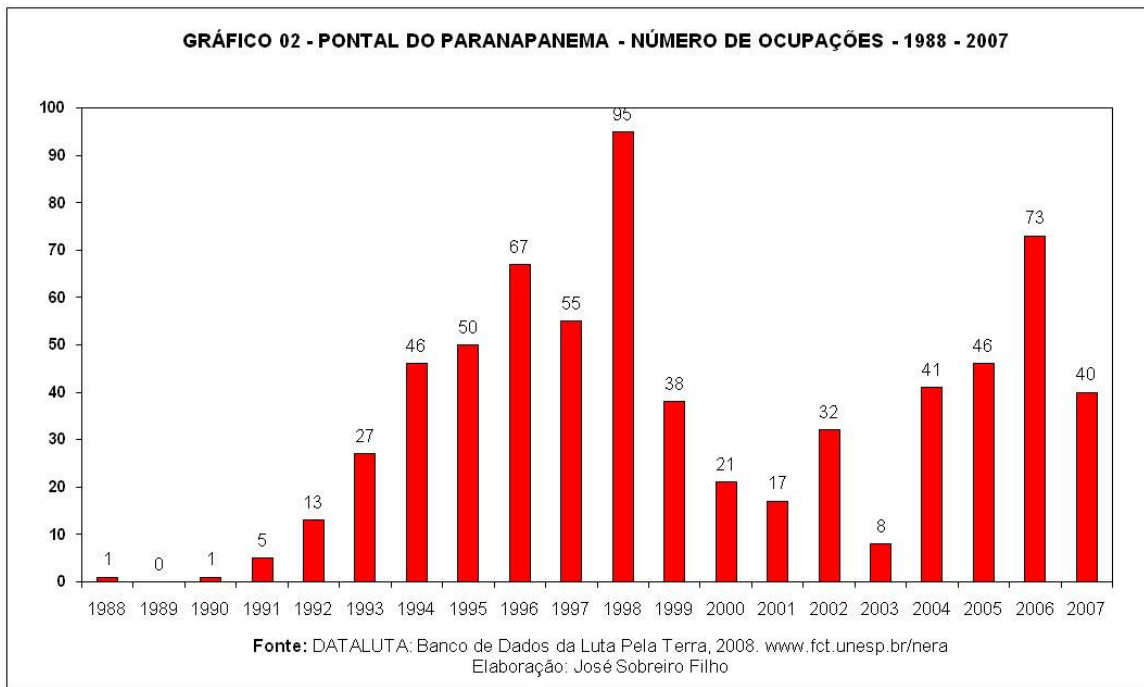
#### **Ocupações de terras**

Na história da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, as ocupações de terra estão presentes como principal forma de acesso à terra, meio de materialização das lutas e reivindicação dos direitos previstos na constituição (Fernandes, 2000). Desta forma, as ocupações de terra pressionam o governo para a realização da reforma agrária, para reivindicação de subsídios necessários aos assentados e para o sustento das famílias acampadas.

As ocupações de terras realizadas pelos movimentos socioterritoriais configuram as resistências diante do avanço do sistema capitalista no campo. Esse avanço aprofunda as desigualdades, concentração fundiária, expropriação, desemprego e exploração do trabalhador. Simultaneamente a esse processo excludente acontece o processo de inclusão, ou seja, o trabalhador encontra formas de retornar ao campo, seja através das ocupações de terras ou em relações não capitalista como a meação, arrendamento, etc.

O DATALUTA registrou a primeira ocupação de terra no Pontal do Paranapanema no ano de 1988, no município de Marabá Paulista. A segunda foi realizada pelo MST no município de município de Teodoro Sampaio. Possivelmente, em anos anteriores ocorreram ocupações, todavia como utilizaremos o DATALUTA como fonte, tomaremos estas referências como base. O registro destas ocupações possibilita ampliar a compreensão do processo de espacialização da luta pela terra, seus avanços e retrocessos.

A partir de 1995, quando se intensifica a realização de ocupações, os movimentos camponeses ganham mais expressividade na região, principalmente o MST, ampliando a resistência e se tornando cada vez mais uma ameaça aos ruralistas da região, conforme o gráfico 02.



Segundo o banco de dados, os movimentos socioterritoriais realizaram 684 ocupações com 104.520 famílias. Por meio do registro das ocupações de terras temos a localização dos conflitos conforme a tabela 02, que retrata o número de ocupações e famílias em ocupações durante o período de 1988-2007 por município. Possibilitando-nos identificar os municípios onde à luta demonstra-se mais intensa, como ocorreu em Mirante do Paranapanema. Neste município, por exemplo, aconteceram 25 ocupações na fazenda São Bento antes desta se tornar um assentamento para 182 famílias em uma área de 5.190 hectares, o que demonstra a persistência para a conquista da terra. O mesmo ocorreu com a fazenda Nova Lagoinha em Presidente Epitácio com 21 ocupações, que em 1997 se tornou o assentamento Lagoinha para 153 famílias em 2.105 hectares<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre as fazendas mais ocupadas do Pontal que se tornaram assentamentos ou não. Os dados aqui citados são desta pesquisa ainda não concluída.

<b>TABELA 02 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR MUNICÍPIO 1988- 2007</b>				
<b>Município</b>	<b>Nº OCUPAÇÕES</b>	<b>%</b>	<b>Nº FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
Alfredo Marcondes	0	0,00	0	0,00
Alvares Machado	3	0,44	144	0,14
Anhumas	0	0,00	0	0,00
Caiabú	0	0,00	0	0,00
Caiuá	43	6,29	5.548	5,31
Emilianópolis	0	0,00	0	0,00
Estrela do Norte	0	0,00	0	0,00
Euclides da Cunha Paulista	51	7,46	7.087	6,78
Iepê	4	0,58	145	0,14
Indiana	0	0,00	0	0,00
João Ramalho	2	0,29	60	0,06
Marabá Paulista	13	1,90	3.444	3,30
Martinópolis	36	5,26	1.956	1,87
Mirante do Paranapanema	171	25,00	33.165	31,73
Nantes	3	0,44	165	0,16
Narandiba	5	0,73	417	0,40
Piquerobi	6	0,88	250	0,24
Pirapozinho	4	0,58	650	0,62
Presidente Bernardes	37	5,41	2.811	2,69
Presidente Epitácio	71	10,38	8.710	8,33
Presidente Prudente	4	0,58	620	0,59
Presidente Venceslau	49	7,16	5.161	4,94
Rancharia	26	3,80	5.310	5,08
Regente Feijó	3	0,44	55	0,05
Ribeirão dos Índios	2	0,29	90	0,09
Rosana	25	3,65	2.472	2,37
Sandovalina	42	6,14	12.612	12,07
Santo Anastácio	11	1,61	1.600	1,53
Santo Expedito	0	0,00	0	0,00
Taciba	2	0,29	190	0,18
Tarabaí	1	0,15	400	0,38
Teodoro Sampaio	70	10,23	11.458	10,96
<b>Total</b>	<b>684</b>	<b>100,00</b>	<b>104.520</b>	<b>100,00</b>

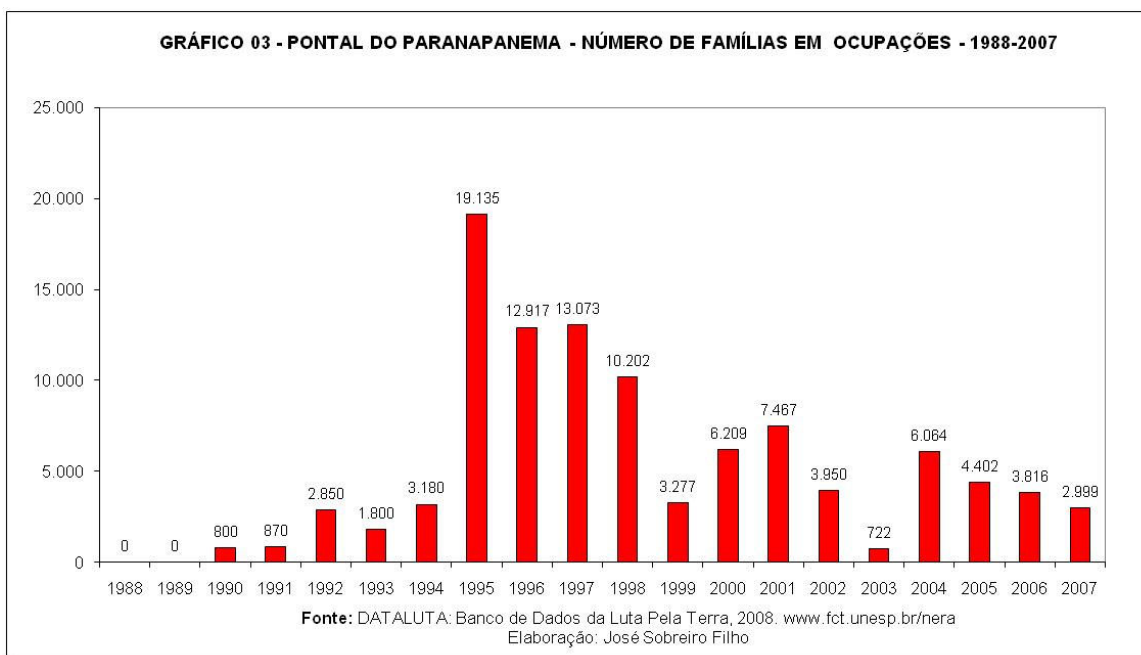
Os movimentos socioterritoriais que surgiram através das ocupações de terras trouxeram à tona a problemática da posse, uso e legalidade das terras da região o que desencadeou um processo de violência e repressão aos movimentos socioterritoriais.

A legitimidade da posse, o uso e a concentração das terras são até hoje motivos que levam os movimentos a reclamar a realidade agrária da região. Neste sentido estabelece-se uma disputa territorial entre a classe ruralista e os movimentos socioterritoriais. O contra-ataque da classe ruralista, muitas vezes representada pela UDR – União Democrática Ruralista, visando pejorar a luta pela terra, utiliza-se dos meios de comunicação para adquirir apoio da população, em muitos casos leiga das informações, utilizando termos como: *invadir*, *arruaceiros*, *marginais* e outros. A UDR assume nitidamente uma posição oposta à luta pela terra, deixando claro a todos o desinteresse pela reforma agrária e a concepção de que são a presença dos movimentos socioterritoriais e as ocupações que impedem o desenvolvimento econômico do Pontal.

A ocupação da terra e as manifestações dos movimentos socioterritoriais são espaços políticos criados pelos sujeitos na luta para alcançar mudanças na configuração territorial de maneira que beneficie a maior parte da sociedade com o objetivo de modificar a conjuntura política/administrativa da região. Os números da luta pela terra (ver gráficos 02 e 03) estão relacionados às questões políticas tanto em escala regional, como por exemplo, as tensas relações com o ex-prefeito de Presidente Prudente Agripino Lima, que dificultou as manifestações e se opôs publicamente varias vezes contra as ações dos movimentos socioterritoriais, e nacional com a aprovação da medida 2109-52 aprovada pelo ex-presidente FHC – Fernando Henrique Cardoso, visando a desmoralização e a criminalização da luta pela terra para conter as atuações dos movimentos socioterritoriais.

O refluxo do período de 1999 e 2000 refere-se às ameaças em relação aos 500 anos do Brasil em que o MST ameaçou fazer 500 ocupações, fazendo referência ao aniversário do Brasil. Manifestações como essas, publicadas em jornais, revelavam a repressão da classe ruralista às ocupações e aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema, como:

“Nosso equipamento é pesado mesmo”, disse um fazendeiro que preferiu não se identificar. “Podemos fazer um grande estrago, se for necessário. Alguns proprietários têm armamento sofisticado, como metralhadoras e fuzis automáticos.” De acordo com ele, tudo esta guardado em lugar estrategicamente definidos. (Brasil, 2000, p. 12)



Com a repressão aos movimentos fica nítida a pretensão de rechaçar as atuações e realizar a defesa da “propriedade” através da segurança privada e armada. Apesar das variações nos números de ocupações de terras durante o período de 1988 a 2007 os sem-terra fortaleceram a luta pela terra e venceram resistência de alguns latifúndios, transformando-os em assentamentos rurais. Na década de 1990, as ocupações de terra se intensificaram na região, caracterizando o Pontal do Paranapanema como a região mais conflituosa na luta pela terra no país.

Na região o Estado intensificou-se a realização de políticas de reforma agrária a partir da intensificação das atuações em 1994 (ver gráfico 01). No Pontal, os anos em que mais assentamentos rurais foram criados coincide com a tendência ao aumento dos números de ocupações de terras (ver gráfico 02)<sup>13</sup>. Essa relativa equivalência reforça a idéia da ocupação ser uma estratégia para a conquista da terra, materializada nos assentamentos rurais, que se apresenta como alternativa radical à expropriação apesar de ser um processo lento devido à morosidade do Estado em relação à reforma agrária.

<sup>13</sup> Porém sabemos também que concomitantemente ao aumento das ocupações de terras ocorre a elevação da violência devido à repressão aos ocupantes.

## **A geografia das ocupações no Pontal do Paranapanema**

O estudo das ocupações de terra na Geografia pode ser feito a partir da compreensão de processo de criação de espaços de luta na conflitualidade gerada pela questão agrária. Este modo de ver e analisar a ação contribui para entender a necessidade que as famílias camponesas têm, principalmente porque estas famílias também estão em processo de criação e recriação. O estudo da espacialidade desta luta nos permite analisar a disputa por determinada porção territorial, entendendo o território como espaço construído pelas relações sociais, sobretudo de poder, revelando as contradições do sistema e os complexos processos que envolvem a relação homem/terra/território na produção no e do espaço.

O Pontal contém diferentes territórios que estão em disputas. As ocupações realizadas na região constroem espaços de lutas e resistência que dão maior significado e justificativa para a compreensão da espacialização e territorialização da luta. Além do sentido clássico das ocupações (entendidas como conflitos entre classes), nós compreendemos também como ações confrontativas com diversos territórios (latifúndio e agronegócio) e a criação de condições para promover o acesso a terra.

Nesses espaços de contestação são criadas experiências que fortalecem a resistência e aprimoram os meios de manifestação, possibilitando a ressocialização dos camponeses no processo de territorialização através da criação de assentamentos rurais com uma proposta social diferenciada em construção por um conjunto de experiência com associações e cooperativas. Pontua-se assim a necessidade da terra como espaço necessário para estabelecer-se uma vida digna sobre determinada porção territorial e a terra como elemento necessário para a existência do camponês. Porém, ainda que se compreenda a necessidade da relação homem/terra/território e da luta pela terra existem no interior da sociedade, ações contrárias para coibir a luta pela terra, visando interromper o processo de ressocialização e conquista para a manutenção da lógica vigente.

O Estado é a instituição competente para a resolução da conflitualidade. Todavia, o Governo FHC também agiu em defesa da manutenção da lógica vigente. A medida provisória 2109-52 aprovada em 2001 foi um dos principais exemplos de uma



via de contensão de territorialização camponesa que visava assegurar as relações de poder e por conseqüência evitando possíveis “ameaças” à integridade da propriedade privadas capitalistas<sup>14</sup>. A política de criminalização das ocupações pelo governo FHC diminuiu temporariamente o número de ocupações, a necessidade de acesso a terra e a nova conjuntura política com a eleição do governo Lula fizeram com que o número voltasse a crescer como vemos nos gráficos 02 e 03. Observe-se que posteriormente à medida ocorreu uma significativa queda das ocupações. Após o ano de 2004 os números recuperam sua regularidade. As ocupações na região são realizadas mais intensamente e estão concentradas nos municípios com maior porção espacial e, em alguns casos, onde há forte presença do capital sulcroalcooleiro, como veremos no capítulo referente à questão (ver mapas 01, 02, 03, 04, 05, 06 e figura 02), que discutiremos mais adiante.

Nesse sentido, o discurso de criminalização torna-se parte importante na questão, pois as causas responsáveis pela desigualdade, pobreza e exclusão são postas às avessas pela classe ruralista, que por sua vez é detentora dos meios de comunicação da região. Nesse contexto é através do estabelecimento de vínculos político/jurídicos e da manipulação do discurso que os verdadeiros responsáveis pelo atraso socioeconômico da região conseguem apoio da população para a criminalização e desaprovação da luta pela terra.

Outra leitura geográfica das ocupações de terras é a conflitualidade com o agronegócio e com o Estado. Uma ocupação não se confronta apenas em escala local devido à rede estabelecida pela ordem do sistema capitalista e da resistência camponesa. Uma vez atingido localmente, o agronegócio pode ser impactado nas escalas municipal, microrregional, estadual, nacional e mundial, ou seja, as ocupações carregam em si a espacialidade e a escalaridade. As ocupações assumem um caráter multidimensional por conflitar-se com as diferentes dimensões do território e em alguns casos impactando em uma ou mais dimensão, entre elas temos: econômica, política, social, cultural, ambiental e etc.

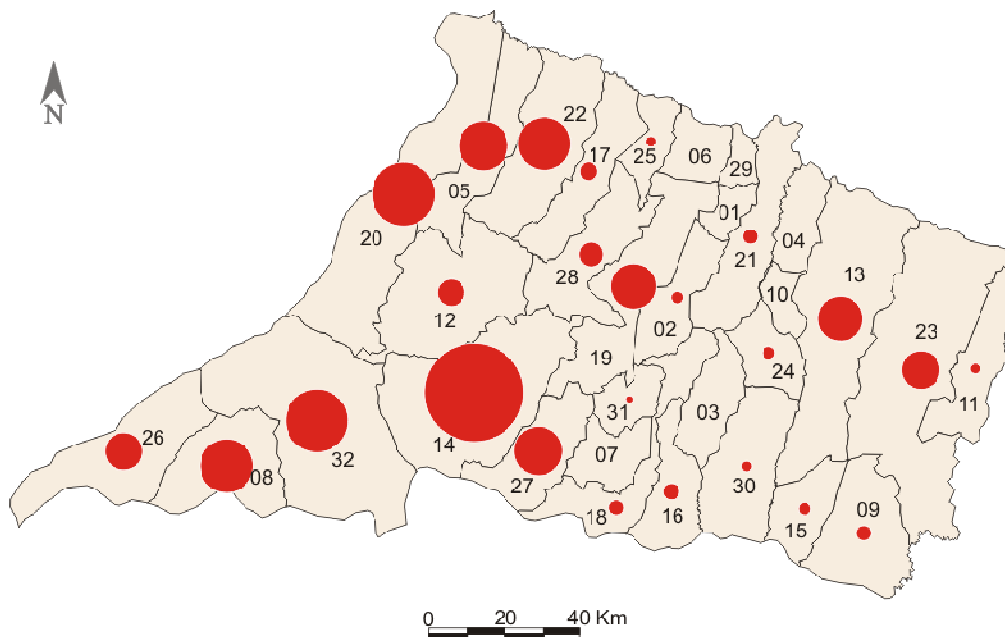
Por fim, no bojo dos conflitos referentes à relação homem/terra/território, observamos que a problemática regional atinge tanto a multidimensionalidade quanto a multiescalaridade, de modo que as ações dos movimentos socioterritoriais geram conflitualidades que destacam as desigualdades socioterritoriais. É papel da geografia

---

<sup>14</sup> A questionabilidade de algumas propriedades tidas como particulares e a função social das propriedades são fatores fundamentais na luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema.

como ciência o esforço em desenvolver métodos e metodologias para a compreensão das questões agrárias do Pontal e do Brasil.

**Mapa 01 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações - 1988-2007  
Número de Ocupações**

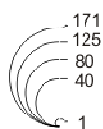


**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Naranđiba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancharia	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

Número de ocupações por município



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

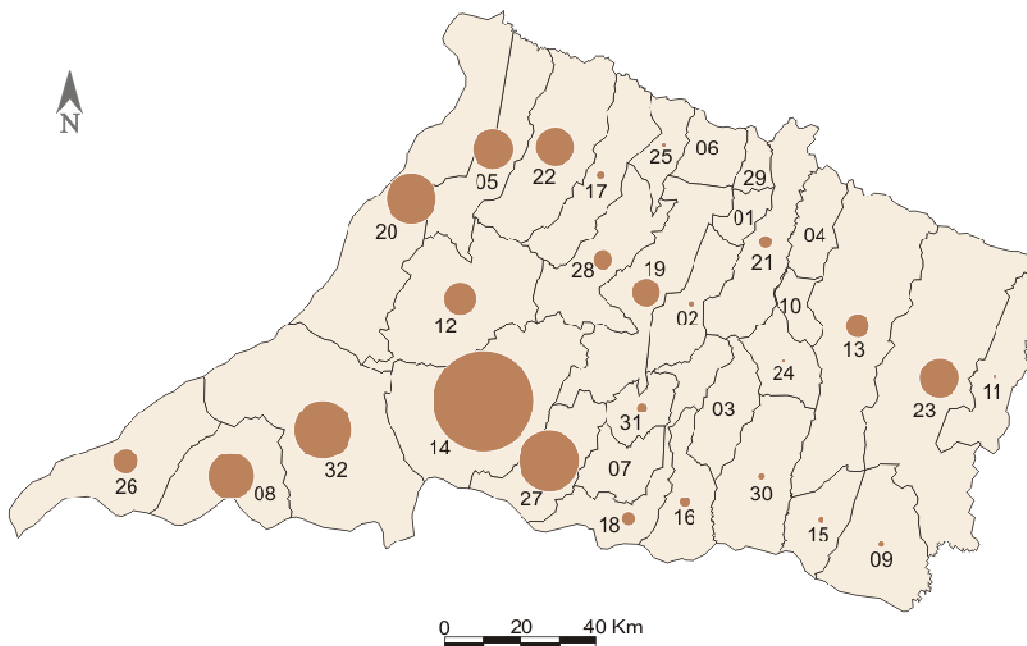
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarlo  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 02 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações - 1988-2007**  
**Número de Famílias em Ocupações**

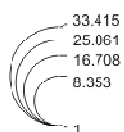


**Índice de Municípios**

- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Narandiba               | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Legenda**

Número de famílias\* em ocupações por município



\*Calcula-se 5 pessoas por família

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

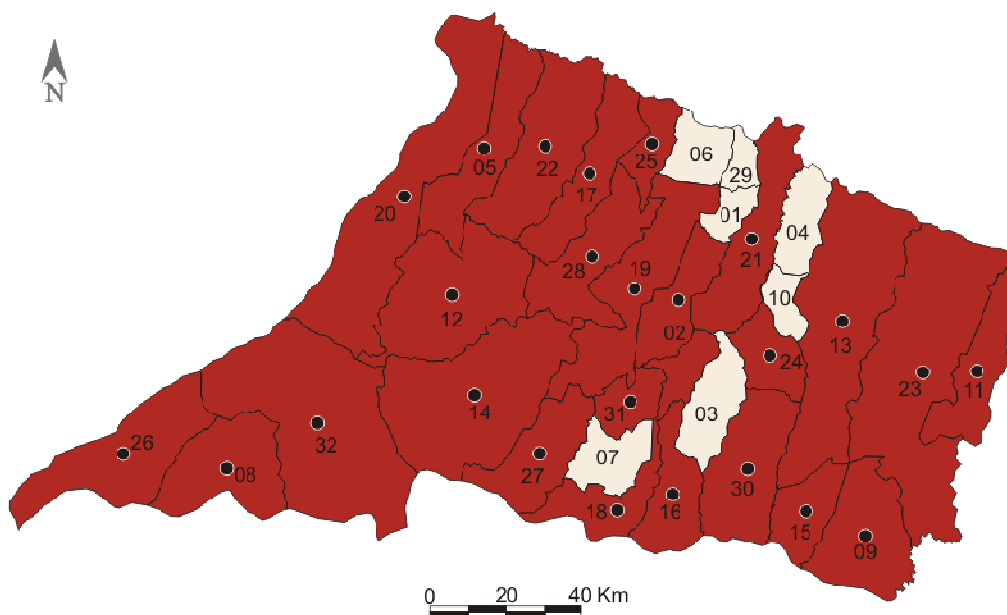
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarlo  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 03 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações - 1988-2007**  
**Municípios com ocorrência de ocupações**



**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcones	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Naranjiba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiua	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Tadiba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presicente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presicente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presicente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancharia	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

- Municípios com ocorrência de ocupações
  
- Centro dos municípios com ocorrência de ocupações

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

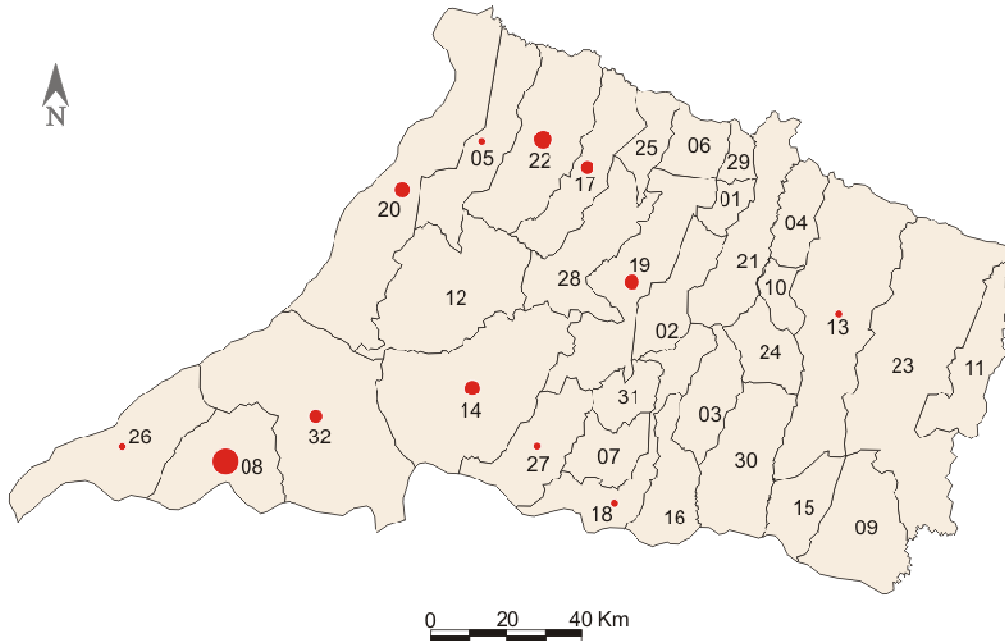
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarlo  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 04 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações - 2007  
Número de Ocupações**



**Índice de Municípios**

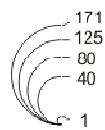
01 - Alfredo Marcondes  
02 - Álvares Machado  
03 - Anhumas  
04 - Caiabu  
05 - Caiuá  
06 - Emilianópolis  
07 - Estrela do Norte  
08 - Euclides da Cunha Paulista  
09 - Iepê  
10 - Indiana  
11 - João Ramalho  
12 - Marabá Paulista

13 - Martinópolis  
14 - Mirante do Paranapanema  
15 - Nantes  
16 - Nandubá  
17 - Piquerobi  
18 - Pirapozinho  
19 - Presidente Bernardes  
20 - Presidente Epitácio  
21 - Presidente Prudente  
22 - Presidente Venceslau  
23 - Rancharia  
24 - Regente Feijó

25 - Ribeirão dos Índios  
26 - Rosana  
27 - Sandovalina  
28 - Santo Anastácio  
29 - Santo Expedito  
30 - Taciba  
31 - Tarabai  
32 - Teodoro Sampaio

**Legenda**

Número de ocupações por município



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

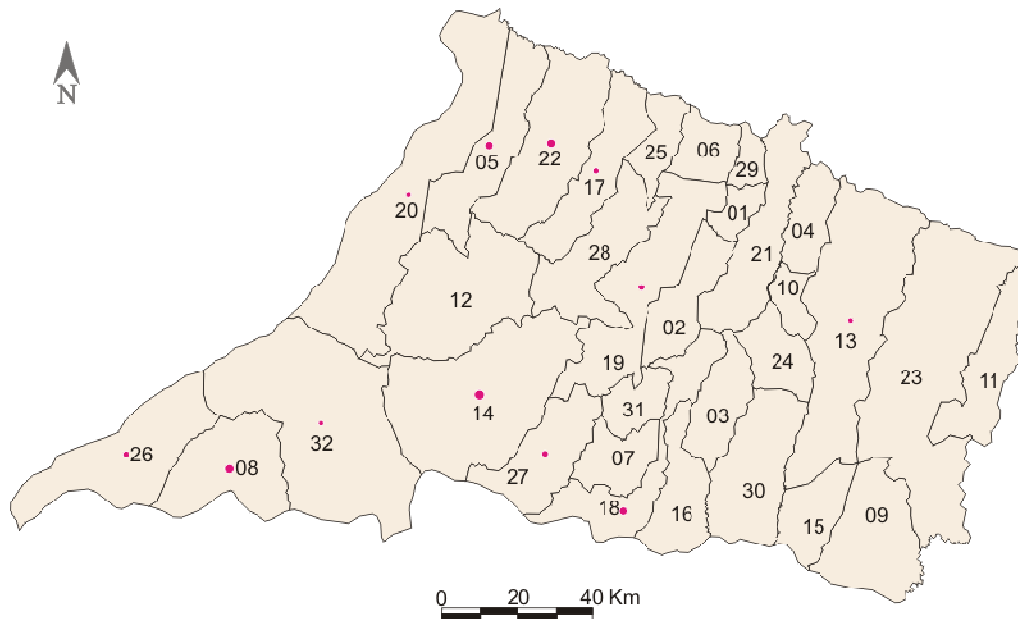
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarlo  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA, LAGEA E GEOLUTAS)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 05 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações - 2007**  
**Número de Famílias em Ocupações**

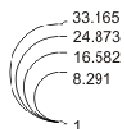


**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Naranjiba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancharia	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

Número de famílias\* em ocupações por município



\*Calcula-se 5 pessoas por família

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

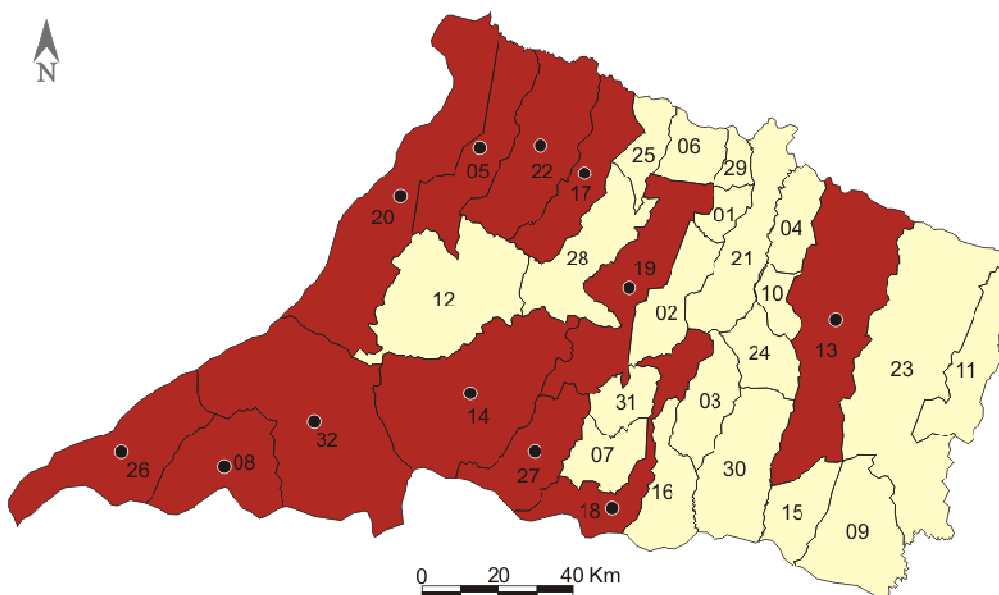
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarlo  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA, LAGEA E GEOLUTAS)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 06 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações - 2007**  
**Municípios com ocorrência de ocupações**



**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcones	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Nandubá	28 - Santo Anastácio
05 - Caiua	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Tadiba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancharia	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

- Municípios com ocorrência de ocupações
  
- Centro dos municípios com ocorrência de ocupações

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes  
 Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarlo  
 Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Fonte de Dados :CPT, OAN E DATALUTA (NERA, LAGEA E GEOLUTAS)

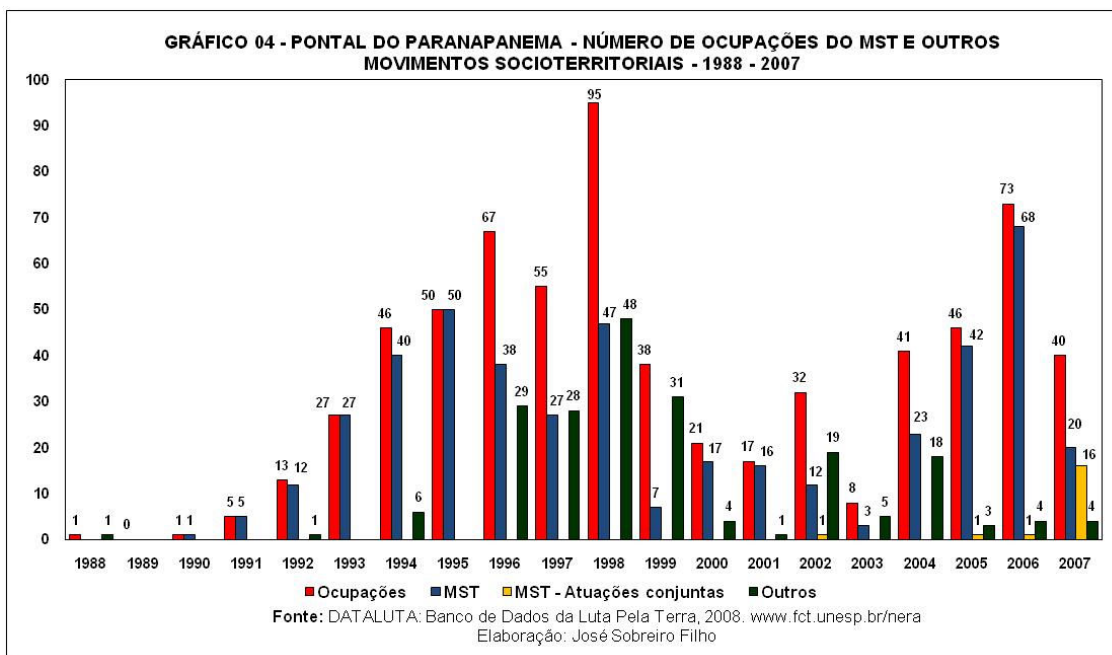
Apoio: CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Os movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema**

A região do Pontal do Paranapanema se tornou a partir de 1994, uma das regiões com o maior índice de conflitos na luta pela terra, com a intensificação das atuações do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ver gráficos 04 e 08) devido ao seu fortalecimento na região. Nesse processo, as ocupações de terras



se tornaram a força motriz que impulsionou a luta pela terra na região, manifestando-se opostamente às repressões e violências contra as ações dos movimentos socioterritoriais, que aumentavam as atuações na região e revelavam a realidade de uma questão agrária com profundas desigualdades e concentração.



Os movimentos camponeses na região são o exemplo do homem em busca da conquista de um espaço para a sobrevivência e que para isso torna-se necessário a luta pela terra, o confronto contra os modelos concentracionistas como o latifúndio e o agronegócio. Nesse sentido, movimentos socioterritoriais como a UDR são criados para assegurar a posse da terra e lutar pela conquista de novos territórios seguindo a lógica concentracionista do sistema.

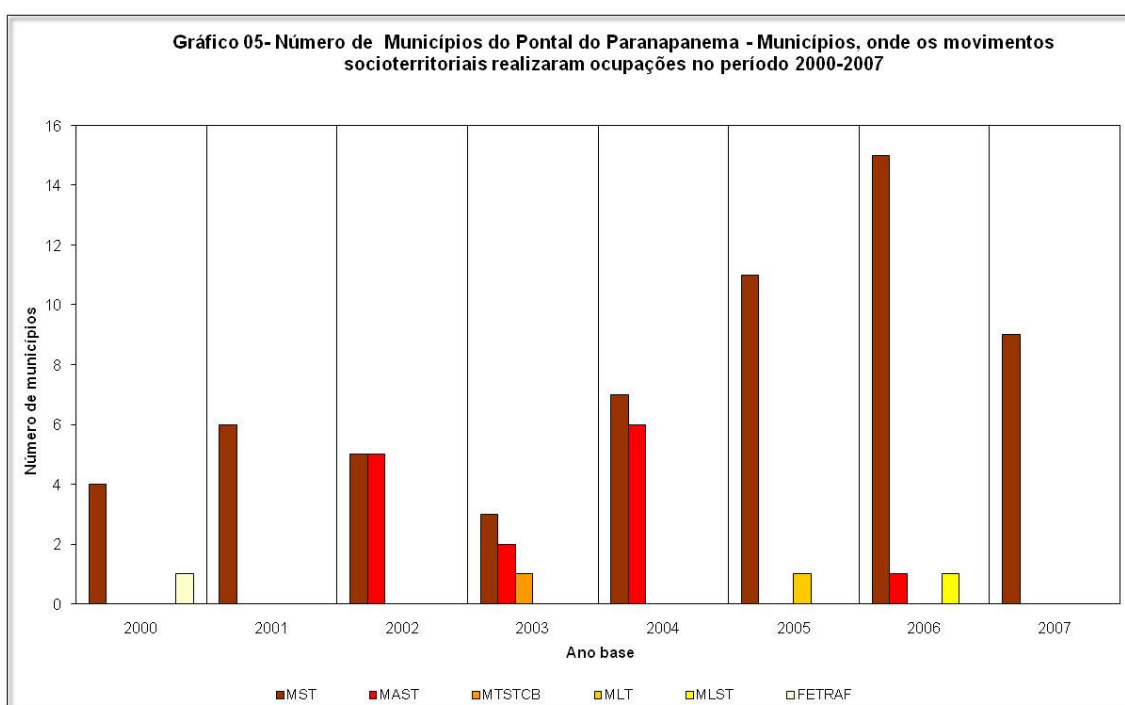
Nesse contexto, as atuações dos movimentos socioterritoriais camponeses objetivam a transformação das “propriedades” da região do Pontal do Paranapanema em áreas de assentamento através da intervenção do Estado, ou seja, os movimentos socioterritoriais objetivam a conquista do território. Observamos nas tabelas 02 e 03 que as ações dos movimentos socioterritoriais estão concentradas em alguns municípios, como: durante 1988-2007 nos municípios de Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Teodoro Sampaio, e no ano de 2007, em Mirante do Paranapanema, Presidente Venceslau, Euclides da Cunha Paulista e Pirapozinho.

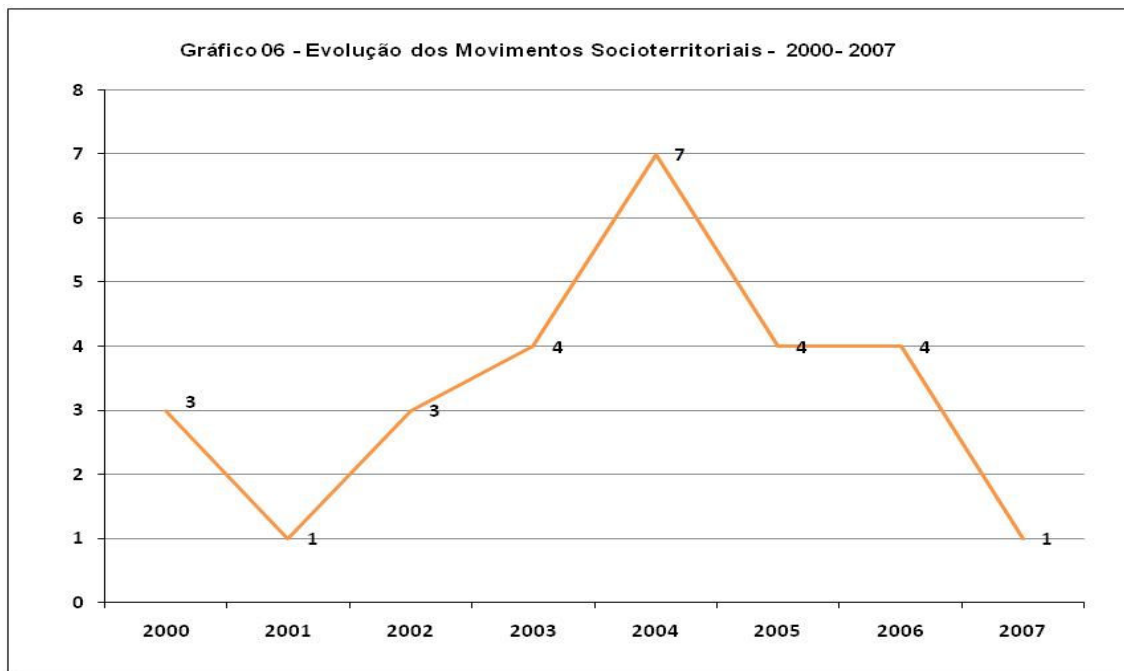
**TABELA 03 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR MUNICÍPIO - 2007**

<b>Município</b>	<b>Nº OCUPAÇÕES</b>	<b>%</b>	<b>Nº FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
Alfredo Marcondes	0	0,00	0	0,00
Alvares Machado	0	0,00	0	0,00
Anhumas	0	0,00	0	0,00
Caiabu	0	0,00	0	0,00
Caiuá	1	2,50	300	10,00
Emilianópolis	0	0,00	0	0,00
Estrela do Norte	0	0,00	0	0,00
Euclides da Cunha Paulista	11	27,50	383	12,77
Iepê	0	0,00	0	0,00
Indiana	0	0,00	0	0,00
João Ramalho	0	0,00	0	0,00
Marabá Paulista	0	0,00	0	0,00
Martinópolis	1	2,50	150	5,00
Mirante do Paranapanema	4	10,00	455	15,17
Nantes	0	0,00	0	0,00
Narandiba	0	0,00	0	0,00
Piquerobi	3	7,50	178	5,94
Pirapozinho	1	2,50	300	10,00
Presidente Bernardes	4	10,00	212	7,07
Presidente Epitácio	4	10,00	133	4,43
Presidente Prudente	0	0,00	0	0,00
Presidente Venceslau	6	15,00	350	11,67
Rancharia	0	0,00	0	0,00
Regente Feijó	0	0,00	0	0,00
Ribeirão dos Índios	0	0,00	0	0,00
Rosana	1	2,50	200	6,67
Sandovalina	1	2,50	210	7,00
Santo Anastácio	0	0,00	0	0,00
Santo Expedito	0	0,00	0	0,00
Taciba	0	0,00	0	0,00
Tarabaí	0	0,00	0	0,00
Teodoro Sampaio	3	7,50	128	4,27
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100,00</b>	<b>2.999</b>	<b>100,00</b>

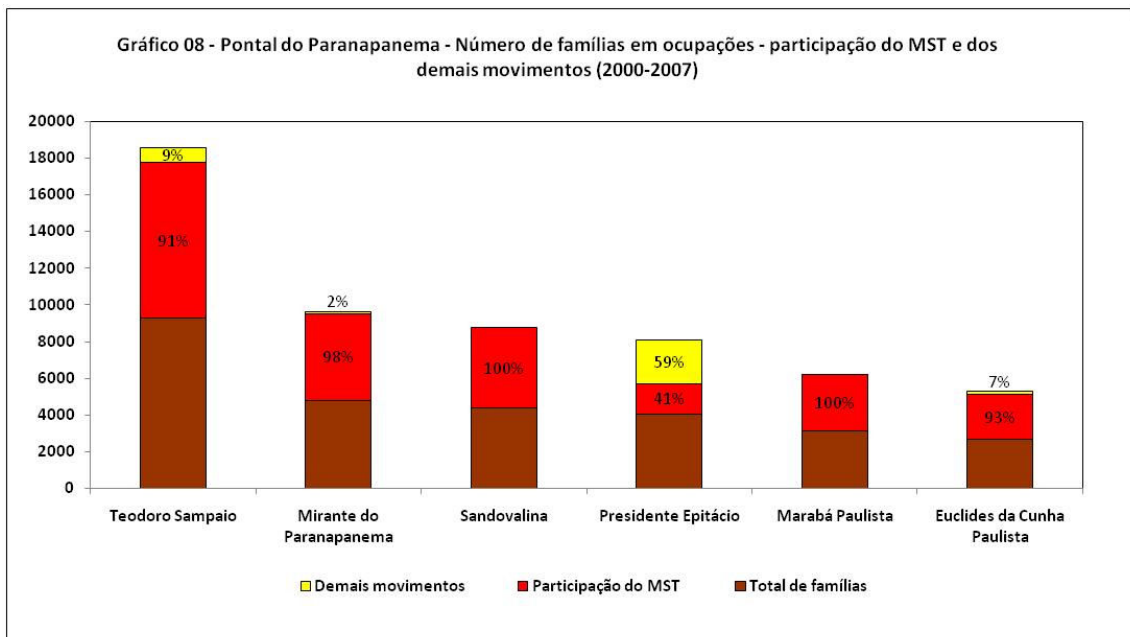
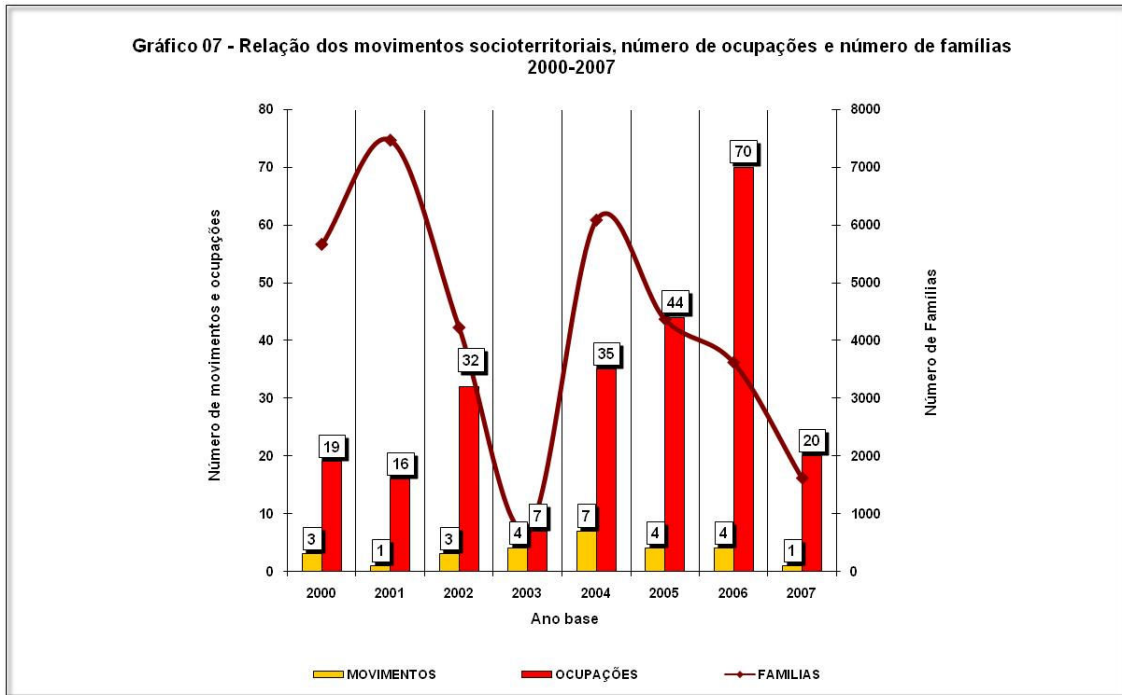
Identificamos ao longo da história da luta pela terra recente no Brasil, retratada na literatura e através registros do DATALUTA, que a evolução da articulação dos movimentos socioterritoriais devido ao fortalecimento do neoliberalismo no país, a

especulação do capital estrangeiro as conjunturas políticas e econômicas, promoveram o aumento do número de ocupações e conflitos fundiários no território brasileiro. Neste sentido, identificamos ao longo do período de 2000-2007 um considerável aumento no número de movimentos socioterritoriais na região (ver gráficos 05, 06, 07 e 08), revelando além da maior participação dos movimentos na luta pela terra. Também o processo de dissidência ou “racha”, ou seja, separações dentro dos movimentos devido às divergências políticas e/ou ideológicas como o caso do MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra que possui vínculos com o PSDB ao contrario do MST, que está próximo das políticas de esquerda e do PT.





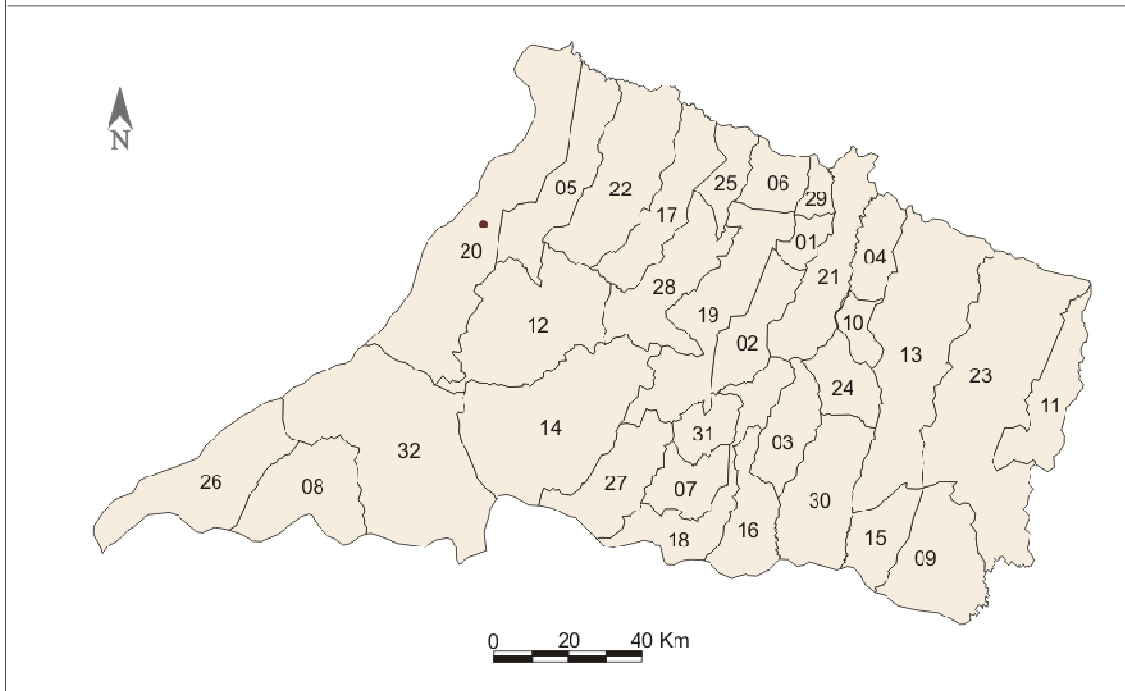
Além do que, dentro MAST também há divergências políticas como o reconhecimento do MAST Nacional liderado pelo Lino Macedo e o MAST estadual liderado por Milton Davi da Silva, ambos atuam e vivem no Pontal do Paranapanema. Nesse mesmo sentido, o caso do “racha” do MST na região, chama atenção o fato de que apesar de ter sido expulso do MST, José Rainha Junior continua atuando em nome do Movimento e os jornais registrando as ocupações como “MST do Rainha”, por ter sido uma das principais lideranças do MST. Neste relatório ainda não separamos as ações do MST e do Movimento liderado por José Rainha. Todavia, já estamos trabalhando na análise dos dados para registrá-las separadamente.



No Brasil há 89 movimentos socioterritoriais atuantes no campo e no Pontal do Paranapanema há 19 movimentos socioterritoriais registrados atualmente. Dentre os movimentos atuantes na região, destacam-se FETRAF – Federação da Agricultura Familiar, MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra, MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra, MLT – Movimento Luta Pela Terra, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e MTSTCB – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil, como os movimentos com o maior número de ocupações. Observamos a localização dos movimentos e os municípios de atuação (ver mapas

07, 08, 09, 10, 11, 12, 13). Identificamos os movimentos MAST e MST são os únicos que realizam atuações em mais um município.

**Mapa 07 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2007  
Espacialização da FETRAF - Número de famílias em ocupações**

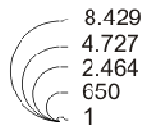


**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Marinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Nanduba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancheira	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

Número de famílias\* em ocupações por município



\*Calcula-se 5 pessoas por família

DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

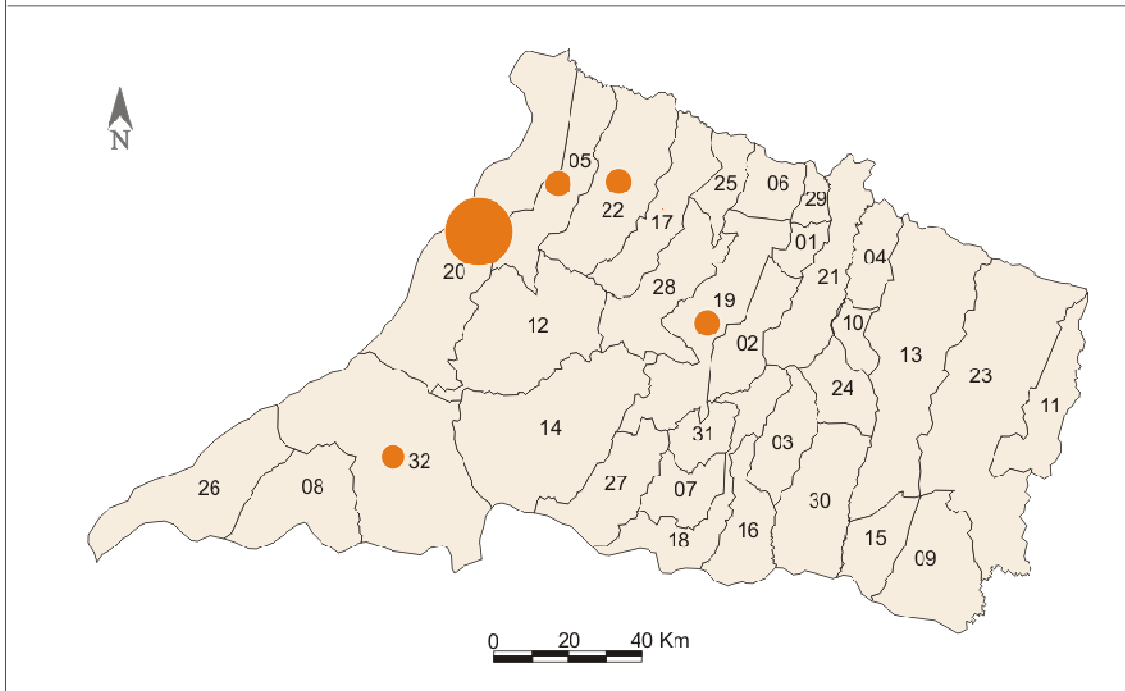
Coordenação: Bernardo Marçano Fernandes  
Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto  
Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Fonte de Dados :CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

Apoio: CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 08 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2007**  
**Espacialização do MAST - Número de famílias em ocupações**



<b>Índice de Municípios</b>		
01 - Alfredo Marcondes	13 - Marinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Nanduba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancheira	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**  
 Número de famílias\* em ocupações por município

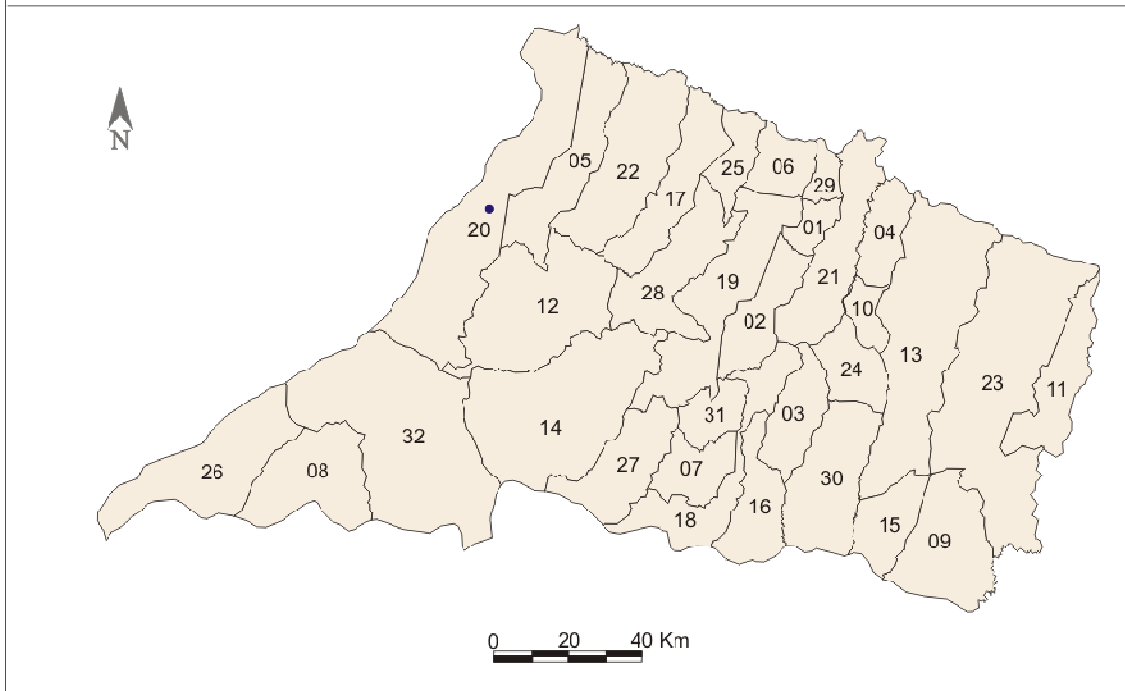
8.429  
 4.727  
 2.464  
 1

\*Calcula-se 5 pessoas por família

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**  
**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)  
**Coordenação:** Bernardo Marçano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho  
**Software de Cartomática:** Philcarto  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi  
**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)  
**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008



**Mapa 09 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2007  
Espacialização do MLST - Número de famílias em ocupações**

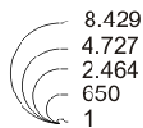


**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Marinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Nanduba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabá
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancheira	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

Número de famílias\* em ocupações por município



\*Calcula-se 5 pessoas por família

DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

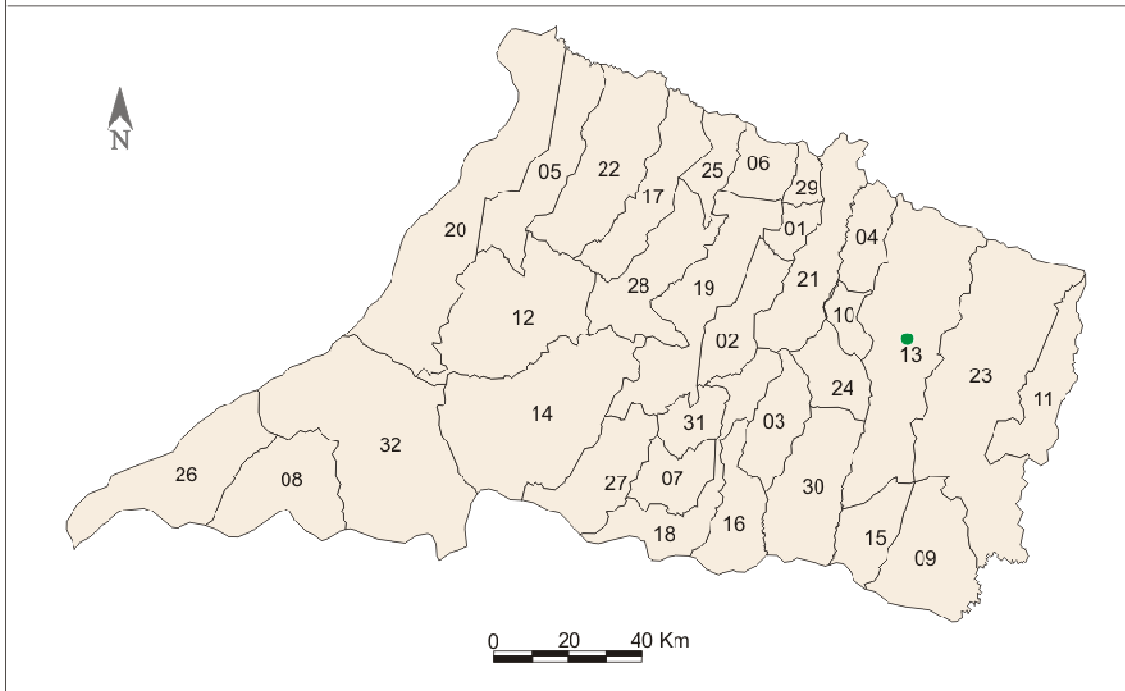
Coordenação: Bernardo Marcano Fernandes  
Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto  
Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Fonte de Dados :CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

Apoio: CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 10 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2007**  
**Espacialização do MLT - Número de famílias em ocupações**

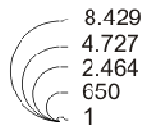


**Índice de Municípios**

- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Marinópolis             | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Nanduba                 | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Legenda**

Número de famílias\* em ocupações por município



\*Calcula-se 5 pessoas por família

DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

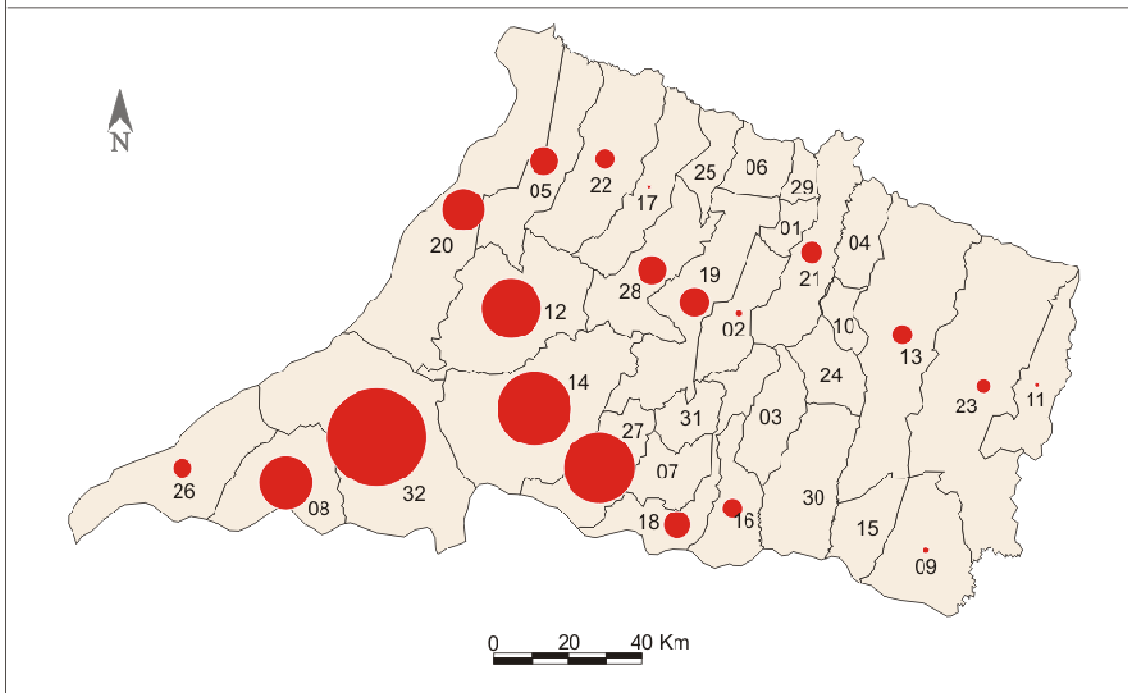
Coordenação: Bernardo Marcano Fernandes  
 Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto  
 Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Fonte de Dados :CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

Apoio: CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 11 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2007**  
**Espacialização do MST - Número de famílias em ocupações**



**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Marinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Nanduba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabá
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancheira	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

Número de famílias\* em ocupações por município

\*Calcula-se 5 pessoas por família

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

**Coordenação:** Bernardo Marcano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarto  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 12 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2007  
Especialização do MTSTCB - Número de famílias em ocupações**



**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Martinópolis	
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	25 - Ribeirão dos Índios
03 - Anhumas	15 - Nantes	26 - Rosana
04 - Caiabu	16 - Nandiba	27 - Sandovalina
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	28 - Santo Anastácio
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	29 - Santo Expedito
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	30 - Taciba
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	31 - Tarabai
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	32 - Teodoro Sampaio
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancheira	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

Número de famílias\* em ocupações por município

	8.429
	4.727
	2.464
	650
	1

\*Calcula-se 5 pessoas por família

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

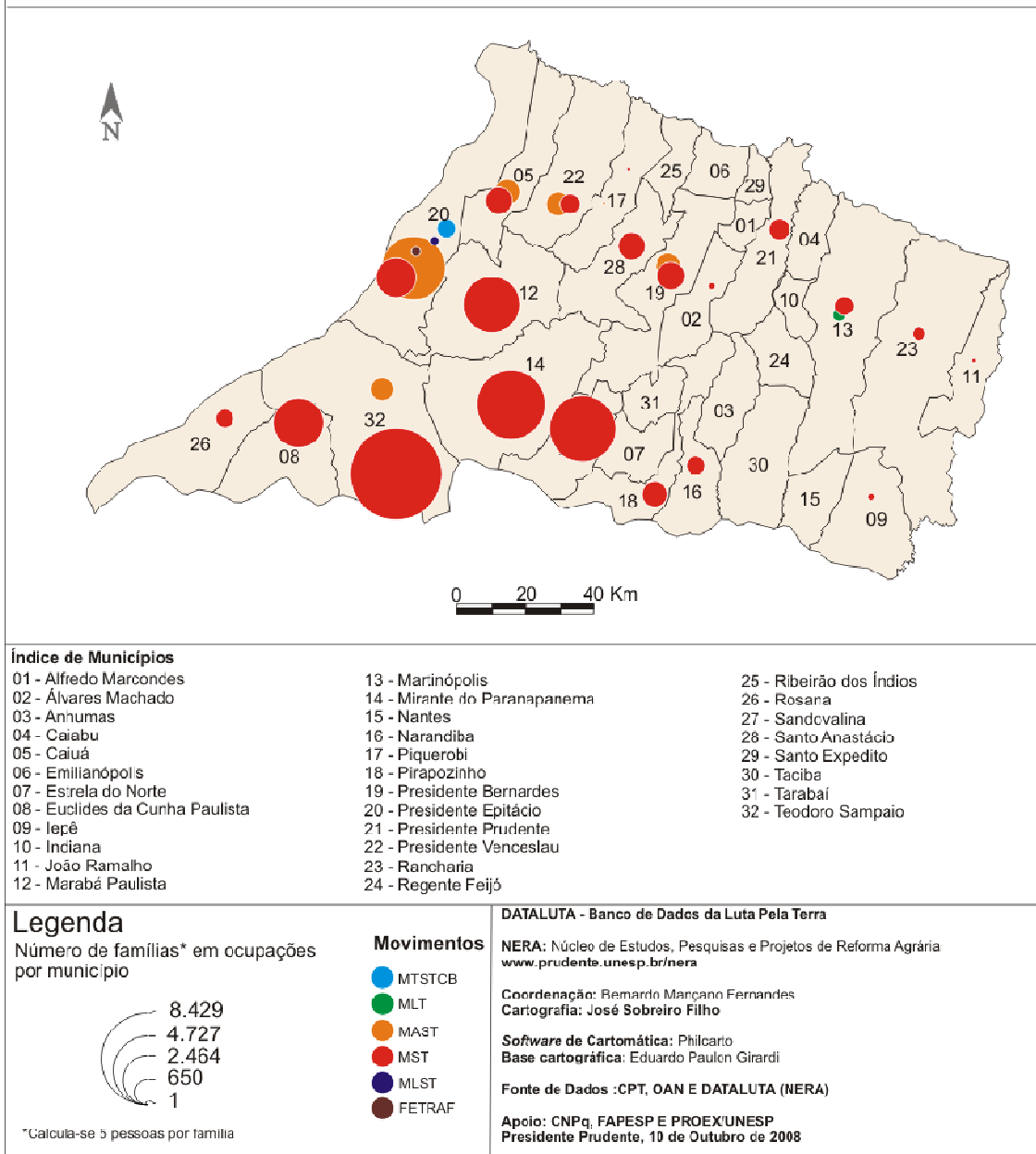
Coordenação: Bernardo Marçano Fernandes  
 Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto  
 Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Fonte de Dados :CPT, CAN E DATALUTA (NERA)

Apoio: CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 13 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2007**  
**Número de famílias em ocupações - Por município**



### 3.4 – Os assentamentos rurais e uma discussão acerca do Programa Bolsa Família. Assistencialismo, compensação social ou redistribuição de renda?

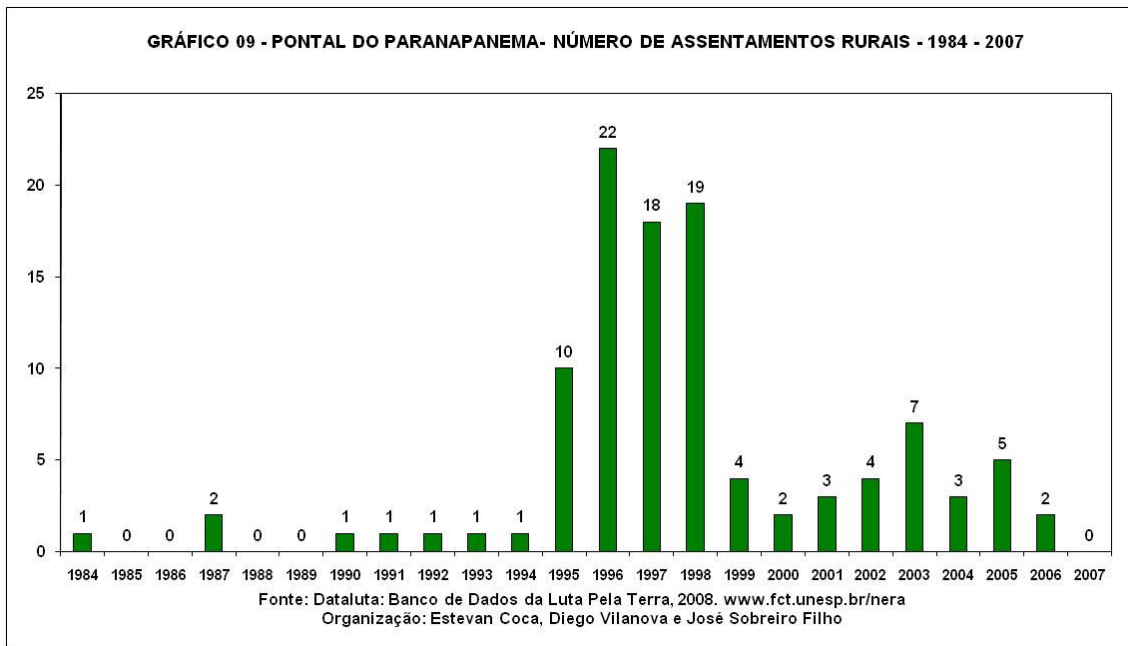
No Pontal do Paranapanema, a maioria dos assentamentos tiveram suas origens na espacialização e territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 1999). É nesse contexto, de realidade conflituosa, que ocorre o processo de regularização e

redistribuição das terras, impactando na estrutura fundiária e na conjuntura socioeconômica da região. A implantação de um assentamento compreende o processo ressocialização do camponês, ou seja, é parte de uma dinâmica inversa à expropriação em que ocorre simultaneamente no campo.

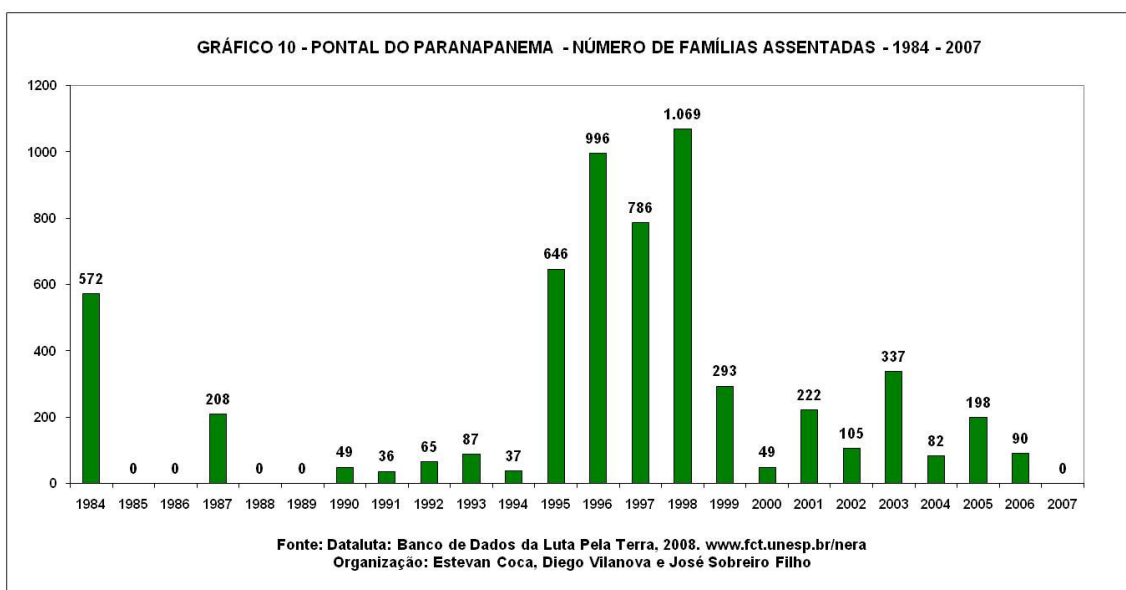
É a partir da intensificação da luta pela terra nos anos de 1994 e 1995 com o fortalecimento do MST na região que os números de assentamentos aumentaram (ver gráficos 09 e 10). Na história dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema as ocupações integram o processo de criação como importante instrumento de pressão:

Até abril de 1994, o MST havia realizado vinte e duas ocupações na fazenda São Bento. A intensificação das ocupações foi à tática que o Movimento utilizou para pressionar o Estado a realizar a desapropriação ou uma negociação com o grileiro Sandoval Neto. A conquista da fazenda São Bento representava a derrota do grileiro e a possibilidade de territorialização da luta para as outras fazendas. Finalmente, em 12 de fevereiro de 1994, aconteceu o acordo entre o governo e o grileiro. (RAMALHO, 2002, p. 65).

A conquista de assentamentos rurais pelo MST contribuiu para a consolidação do processo de territorialização da luta pela terra na região. Conforme observamos nos gráficos 09 e 10 que a partir de 1995 é que os números de assentamentos criados crescem conjuntamente ao avanço do número de ocupações (ver gráficos 02 e 03). Desta maneira, observamos que as áreas anteriormente utilizadas e de “posse” do latifúndio passaram a integrar as políticas de reforma agrária e se tornaram parte do processo de territorialização da luta pela terra na região.



A implantação dos assentamentos rurais na região surtiu efeito com uma série de impactos socioterritoriais, como: aumento da arrecadação de impostos, circulação comercial, crescimento populacional rural, entre outras. Observa-se que durante o período de 1991 e 2000 nos municípios Caiuá, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Venceslau e Sandovalina onde foram criados assentamentos rurais ocorreu o aumento populacional rural. Porém em alguns municípios, a criação de assentamentos não foi suficiente para impedir a queda de população rural, como: Iepê, João Ramalho, Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Rancharia e Teodoro Sampaio (ver tabela 01). Teodoro Sampaio é uma exceção porque este município foi desmembrado com a criação de dois novos municípios, que são Rosana e Euclides da Cunha Paulista. Portanto, parte das famílias de Euclides e Rosana estava em Teodoro. Reunindo as populações desses três territórios, poderíamos considerar que ocorreu crescimento da população rural.



Embora, a implantação de assentamentos rurais não tenha o objetivo de reverter o êxodo rural, a lentidão da política de reforma agrária e a falta de políticas adequadas para assegurar a reprodução do pequeno produtor na terra intensificam o processo de expropriação e expulsão. A falta de políticas públicas que garantam a viabilização da produção e a permanência dos assentados e pequenos produtores na terra em condições dignas os fragilizam, deixando-os mais vulneráveis ao capital.

**TABELA 04 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA POR MUNICÍPIO - 1984- 2007**

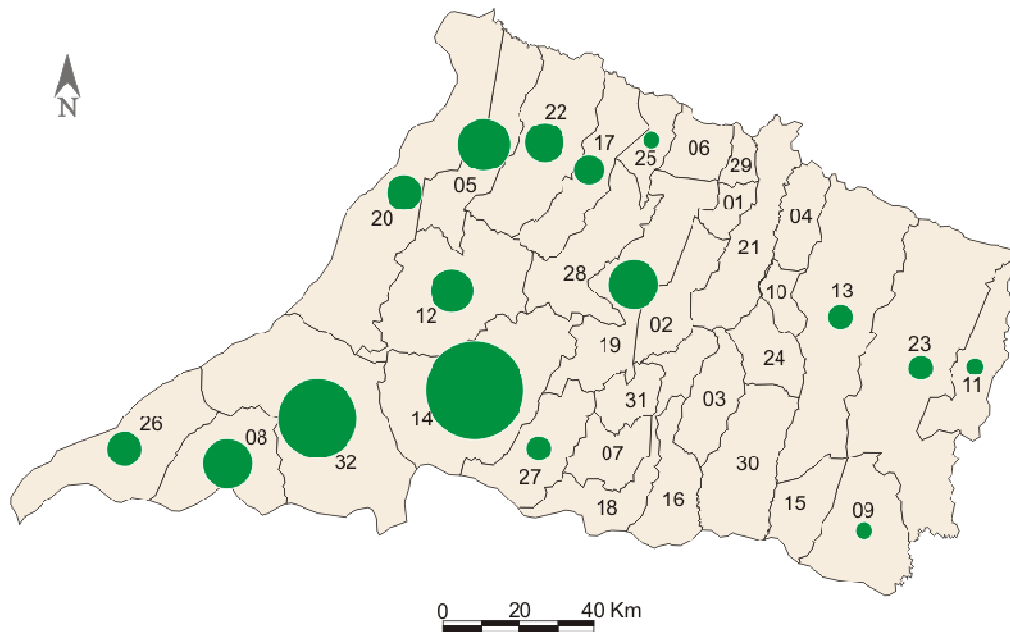
Município	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS ASSENTADAS	%	ÁREA	%
Alfredo Marcondes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Alvares Machado	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Anhumas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Caiabú	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Caiuá	9	8,41	473	7,98	11.212	8,13
Emilianópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estrela do Norte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Euclides da Cunha Paulista	8	7,48	471	7,95	9.615	6,97
Iepê	1	0,93	50	0,84	68	0,05
Indiana	0	0,00	0	0,00	0	0,00
João Ramalho	1	0,93	40	0,67	54	0,04
Marabá Paulista	6	5,61	260	4,39	6.479	4,70
Martinópolis	2	1,87	124	2,09	2.744	1,99
Mirante do Paranapanema	31	28,97	1.454	24,53	33.253	24,10
Nantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Narandiba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Piquerobi	3	2,80	84	1,42	2.594	1,88
Pirapozinho	0	0,00	0	0,00	0	0,00



<b>Presidente Bernardes</b>	8	<b>7,48</b>	266	<b>4,49</b>	7.189	<b>5,21</b>
<b>Presidente Epitácio</b>	4	<b>3,74</b>	342	<b>5,77</b>	7.533	<b>5,46</b>
<b>Presidente Prudente</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Presidente Venceslau</b>	5	<b>4,67</b>	317	<b>5,35</b>	7.034	<b>5,10</b>
<b>Rancharia</b>	2	<b>1,87</b>	178	<b>3,00</b>	4.264	<b>3,09</b>
<b>Regente Feijó</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Ribeirão dos Índios</b>	1	<b>0,93</b>	40	<b>0,67</b>	852	<b>0,62</b>
<b>Rosana</b>	4	<b>3,74</b>	774	<b>13,06</b>	18.367	<b>13,31</b>
<b>Sandovalina</b>	2	<b>1,87</b>	198	<b>3,34</b>	4.017	<b>2,91</b>
<b>Santo Anastácio</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Santo Expedito</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Taciba</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Tarabaí</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Teodoro Sampaio</b>	20	<b>18,69</b>	856	<b>14,44</b>	22.681	<b>16,44</b>
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00</b>	<b>5.927</b>	<b>100,00</b>	<b>137.956</b>	<b>100,00</b>

A sistematização das informações facilita a representatividade e a leitura por município. Na região em 16 dos 32 municípios há 107 assentamentos rurais, 5.927 famílias assentadas em 137.956 hectares. Esta realidade foi formada na luta contra a grilagem de terras, contra o latifúndio e mais recentemente contra o agronegócio. (ver mapas 14, 15, 16 e 17).

**Mapa 14 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Assentamentos Rurais 1984-2007  
Número de Assentamentos**

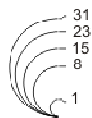


**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Nanduba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiua	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancheira	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

Número de assentamentos por município



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

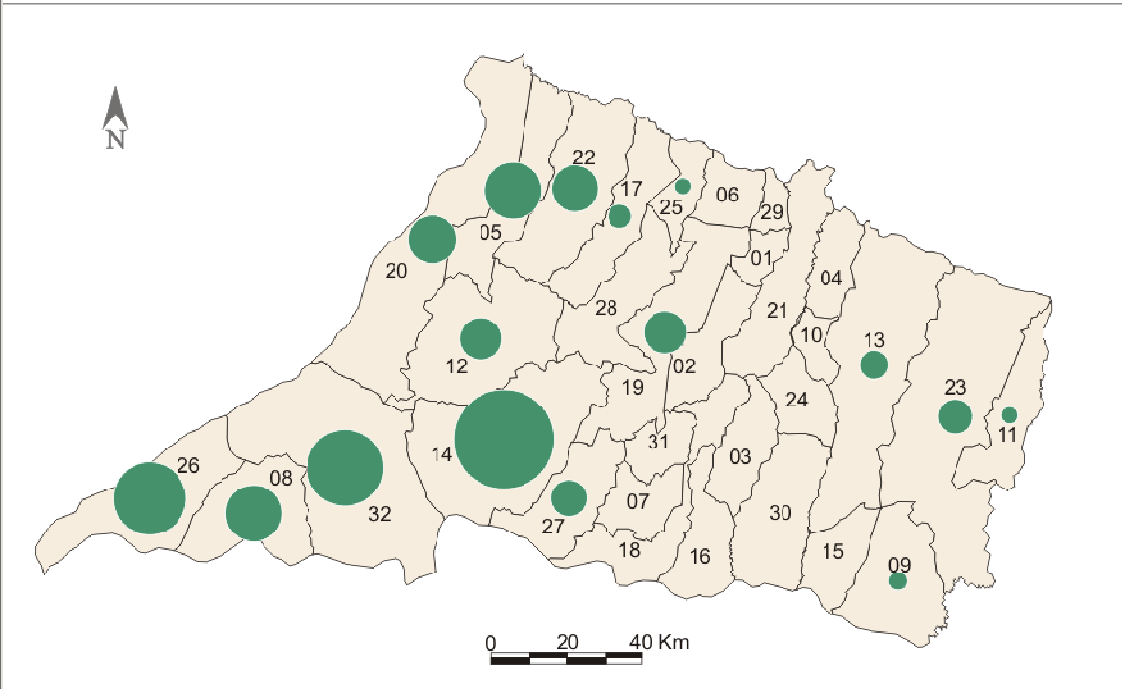
Coordenação: Bernardo Marçano Fernandes  
Cartografia: José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarto  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

Apoio: CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 15 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Assentamentos Rurais 1984-2007  
Número de Famílias Assentadas**



**Índice de Municípios**

- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Naranđiba               | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedite      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Legenda**

Número de famílias assentadas por município



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

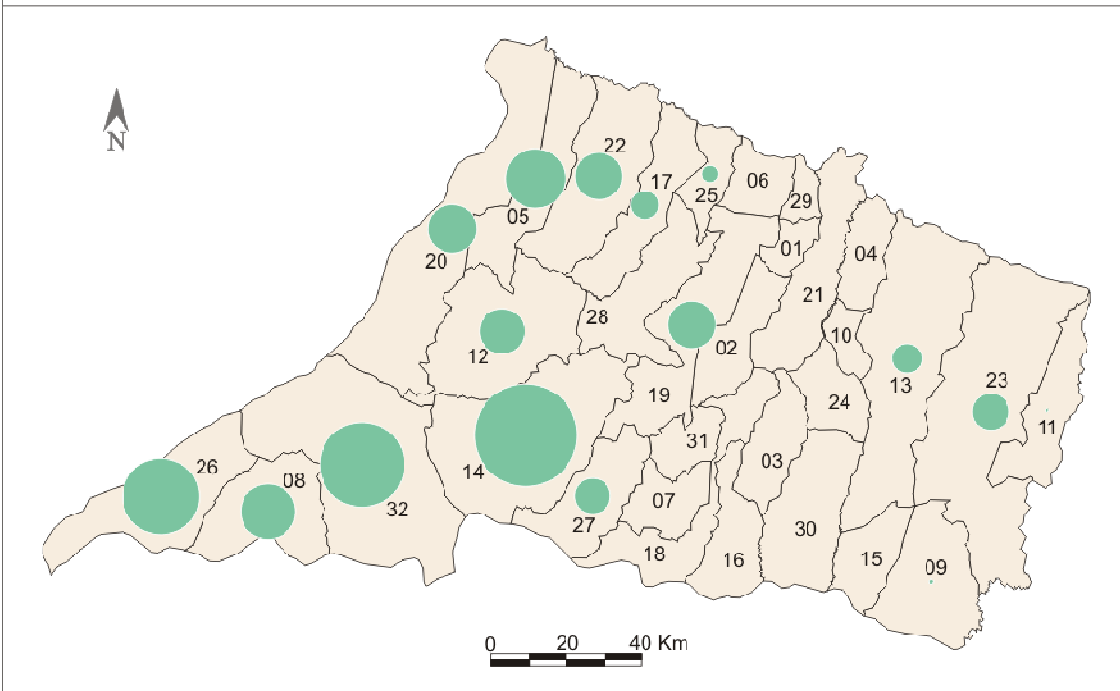
**Coordenação:** Bernardo Marçano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarlo  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 16 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Assentamentos Rurais 1984-2007**  
**Área dos assentamentos**



**Índice de Municípios**

- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Naranjuba               | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabá              |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancheira               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Legenda**

Área em ha dos assentamentos



DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

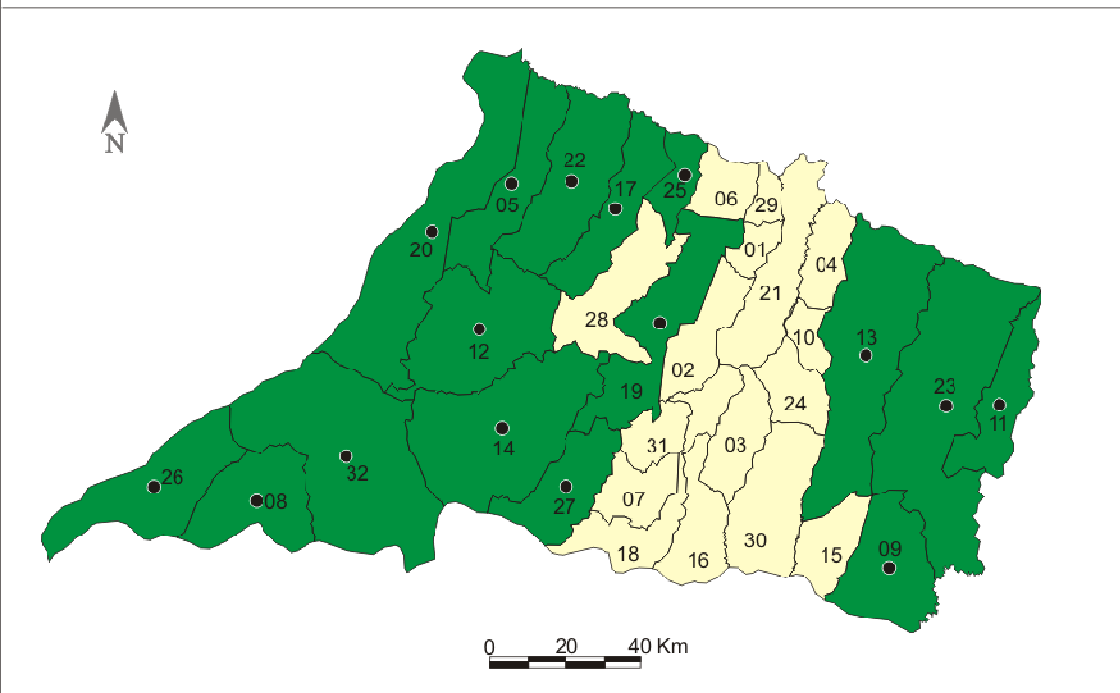
Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes  
 Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto  
 Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Fonte de Dados: CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

Apoio: CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
 Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

**Mapa 17 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Assentamentos Rurais 1984-2007  
Municípios com Assentamentos**



**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Naranjuba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancharia	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

**Legenda**

- Área dos municípios com assentamentos rurais
- Centro dos municípios com assentamentos rurais

**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarto  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Fonte de Dados:** CPT, OAN E DATALUTA (NERA)

**Apoio:** CNPq, FAPESP E PROEX/UNESP  
Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2008

A implantação de assentamentos rurais impacta na estrutura fundiária do município e produz desdobramentos denominados impactos socioterritoriais benéficos ao desenvolvimento tanto do município quanto da região.

Entendemos impactos como processos de transformação no território por meio da ação humana,

especialmente pelo enfrentamento resultante da resistência e do conflito. (RAMALHO, 2002, p.74).

São nesse contexto mudanças positivas aquelas que levam ao desenvolvimento de espaços que refletem benefícios para a sociedade.

Nesse sentido, nossa preocupação é refletir sobre os impactos a partir de suas transformações socioterritoriais, quais sejam: latifúndio - assentamento; exclusão – ressocialização; fome – produção familiar; diferentes formas de organização do espaço; analfabetismo – escolarização; mudanças na produção agropecuária, cooperativismo e associativismo; mobilização e participação política; questões relativas à saúde, etc. (RAMALHO, 2002, p. 76).

A criação do assentamento é o momento em que o camponês se territorializa, e que de fato ocorre o acesso a terra e há possibilidade de melhoria das condições de vida e geração de renda, ocorre uma melhor utilização dos espaços em prol da sociedade e o aumento da participação na produção comercial.

A estrutura fundiária também foi modificada: as participações relativas dos números de estabelecimentos e dos grupos de área demonstram uma significativa retomada da diferencialidade territorial (participação relativa dos estabelecimentos por grupo de área), aumentando o diferencial de territorialização (participação absoluta da área por grupo) dos estabelecimentos menores. De acordo com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, a partir de dados da Câmara Municipal de Mirante, arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços aumentou 88% entre 1995 e 1998. (FERNANDES, RAMALHO, 2001, p. 249).

Ao contrario dos territórios regidos pelo sistema capitalista os assentamentos objetivam não desenvolver apenas o viés econômico, mas outras dimensões que compõem o território, dentre elas: social, econômica, político, cultural e ambiental. Os impactos na dimensão social referem-se a melhorias nas condições de saúde, educação, transporte, moradia entre outras. Os impactos tributários e da produção correspondem à dimensão econômica. A preservação ambiental esta relacionada à

dimensão ambiental e as novas relações de poder que ao se estabelecer competem à dimensão política.

Neste sentido, de acordo com a literatura sobre os estudos dos impactos dos assentamentos na região, observamos que os assentamentos impactam beneficemente em escala municipal e regional. Visto que, o discurso veiculado pela mídia a respeito do sucateamento dos assentamentos rurais devido à falta de estrutura pejora a imagem da reforma agrária e fortalece a imagem do agronegócio que se caracteriza pela forte infra-estrutura e produtividade, é obvio que nesses casos as famílias assentadas saíram a pouco tempo do acampamento, se encontrando sem muitas condições para a produção, porém, em alguns casos, no transcorrer da permanência surgem algumas oportunidades que vão permitindo um gradativo desenvolvimento e as conseqüências passam a beneficiar a sociedade.

Por fim, compreendemos que a luta pela terra não termina com a criação do assentamento, se inicia uma nova etapa da luta em que o assentado vai lutar por infra-estruturas para o assentamento (escolas, posto de saúde, energia elétrica entre outras) para que seja assegurado ao assentado condições básicas de sobrevivência e produção.

## **BOLSA FAMÍLIA**

Ao realizarmos uma pesquisa acerca do programa bolsa família na região do Pontal do Paranapanema, buscamos identificar a influência do programa bolsa família na luta pela terra, conforme foi fomentada a discussão pela mídia Estadual e Local. Dentre as diferentes leituras realizadas sobre o programa, como a questão sobre a desarticulação dos movimentos socioterritoriais, o que mais chamou a atenção por ameaçar a luta pela terra no campo. Visamos compreender a presença do programa na região para verificar a veracidade das suspeitas de desarticulação da luta pela terra.

Observamos que, simultaneamente, durante o período em que houve o menor número de famílias em ocupações de terra ocorreram também os maiores investimentos no programa Bolsa Família no Estado de São Paulo como: 2003 – 255.351 famílias, 2004 – 657.099 famílias, 2005 – 863.799 famílias, 2006 – 1.114.328 famílias e 2007 – 1063.126 famílias. Verificamos que o aumento do número de

famílias beneficiadas na região ocorreu conjuntamente à queda do número de famílias na luta pela terra no campo (ver gráfico 03) e que durante o período de 2003-2007 os municípios com o maior número de famílias beneficiadas são os mesmo que tem o maior volume populacional como Presidente Prudente e municípios com intensidade de conflitos na luta pela terra, como: Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista e Rosana.

Neste sentido, surge como elemento de discussão a suspeita de impacto do programa sobre a luta pela terra com uma forte argumentação, ou seja, uma discussão sobre o programa como uma política de assistencialismo e compensação social, visto que não busca a resolução dos problemas estruturais da questão.

Diante desta questão realizamos um trabalho de campo na região para identificar alguns elementos acerca da influencia do programa. No transcorrer do trabalho identificamos que comumente os beneficiados fazem parte de um contingente de desempregados que fazem parte da luta pela terra ou estavam fazendo. Nesse contexto, em diálogo com alguns participantes de movimentos, identificamos que o programa bolsa família tirou alguns membros do acampamento e que cada movimento tem uma postura diferente em relação ao programa, visto que o programa pode tanto permitir melhores condições para assegurar a luta no campo quanto tirar as famílias da luta.

Por causa de uma entrevista ao jornal, a discussão sobre o programa se tornou mais complicada. O MST alegou que o programa enfraqueceu o movimento, veja:

A direção nacional do movimento já reconhece abertamente a dificuldade. “Não há como negar que nossa capacidade de mobilização tem sido prejudicada por esse programa”, diz José Batista de Oliveira, do grupo de coordenadores nacionais do MST, referindo-se ao Bolsa-Família. “É uma ação paliativa e humanitária. Mas não altera estruturalmente as perspectivas de inserção econômica e social e gera acomodamento.” (O Bolsa-Família enfraquece o MST, 2008. P. A10).

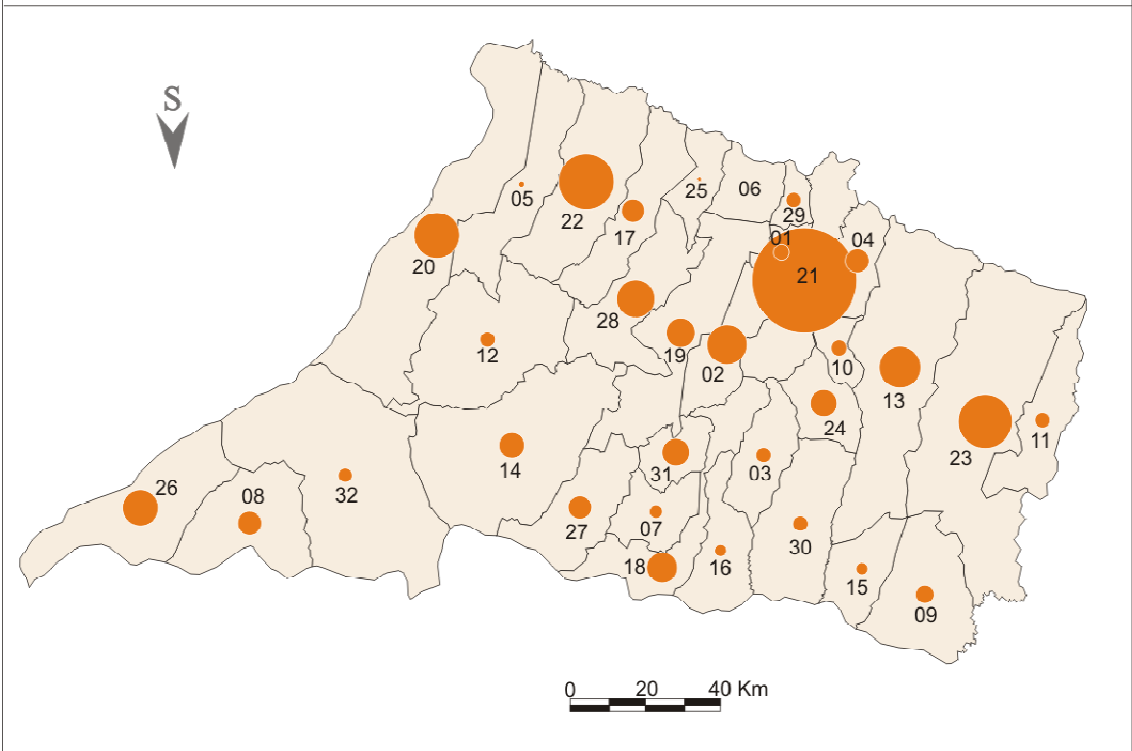
Nesse sentido, o programa bolsa família pôde ser compreendido como um programa de compensação quando é utilizado de imediato para inibir possíveis conflitos em áreas de “tensão” e contensão da luta pela terra em locais onde a luta tem



respaldo histórico/jurídico como o caso do Pontal do Paranapanema devido à suas terras devolutas.

Em geral verificamos o aumento do número de ocupações, porém, uma queda do número de famílias em ocupações. Outra leitura realizada é que o efeito do programa, que visa também a distribuição de renda, interessa ao estado para que seja beneficiada parte da população necessitada, evitando assim outros possíveis problemas sociais, como: criminalidade, saúde, analfabetismo, entre outros.

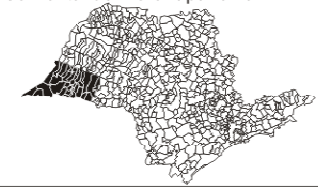
**Mapa 18 - Pontal do Paranapanema - Beneficiados pelo Bolsa Família por município - 2003**  
**Número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família**



**Índice de Municípios**

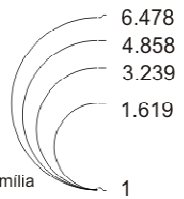
- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Naranhíba               | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



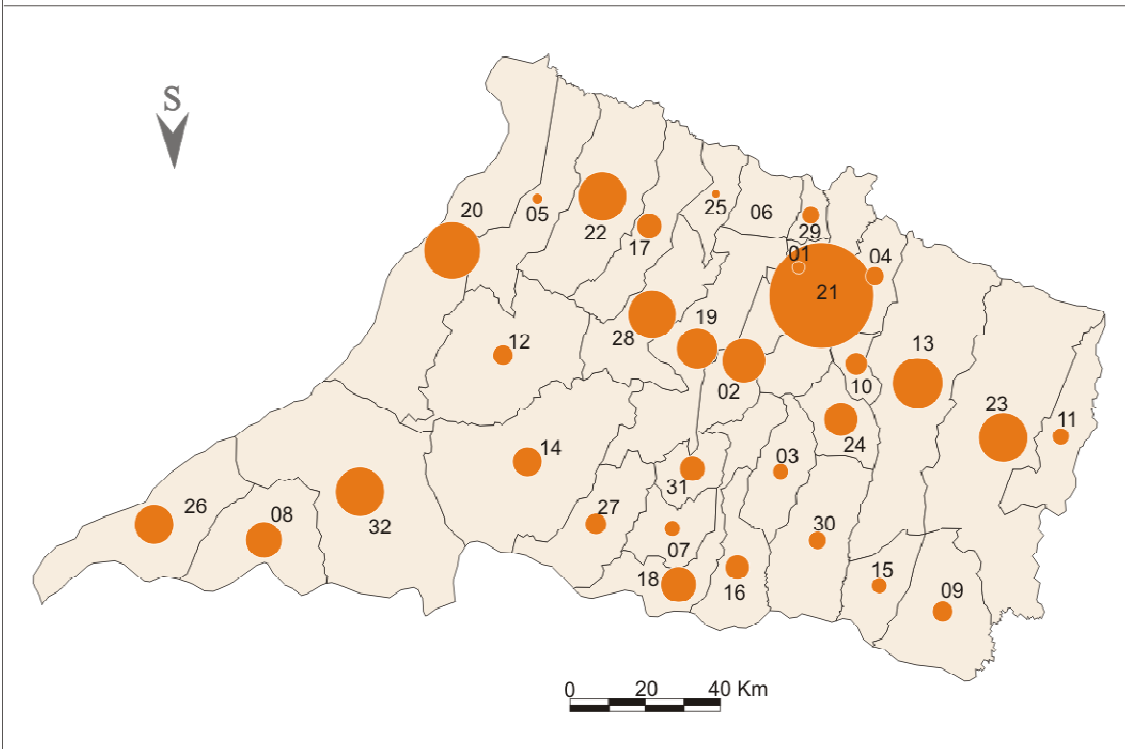
**Legenda**

**Quantidade de famílias beneficiadas pelo programa (ha)**



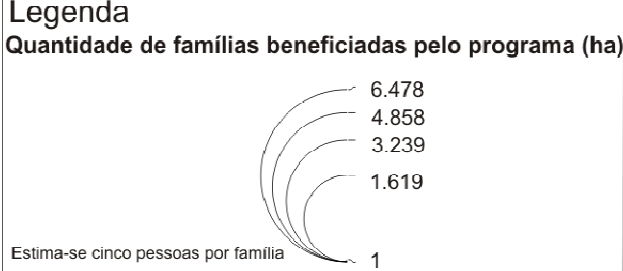
Fonte: IBGE/SIDRA/PAM  
 Cartografia: José Sobreiro Filho  
 Software de Cartomática: Philcarto  
 Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi  
 Apoio: CNPq  
 Realização: Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.

**Mapa 19 - Pontal do Paranapanema - Beneficiados pelo Bolsa Família por município - 2004**  
**Número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família**



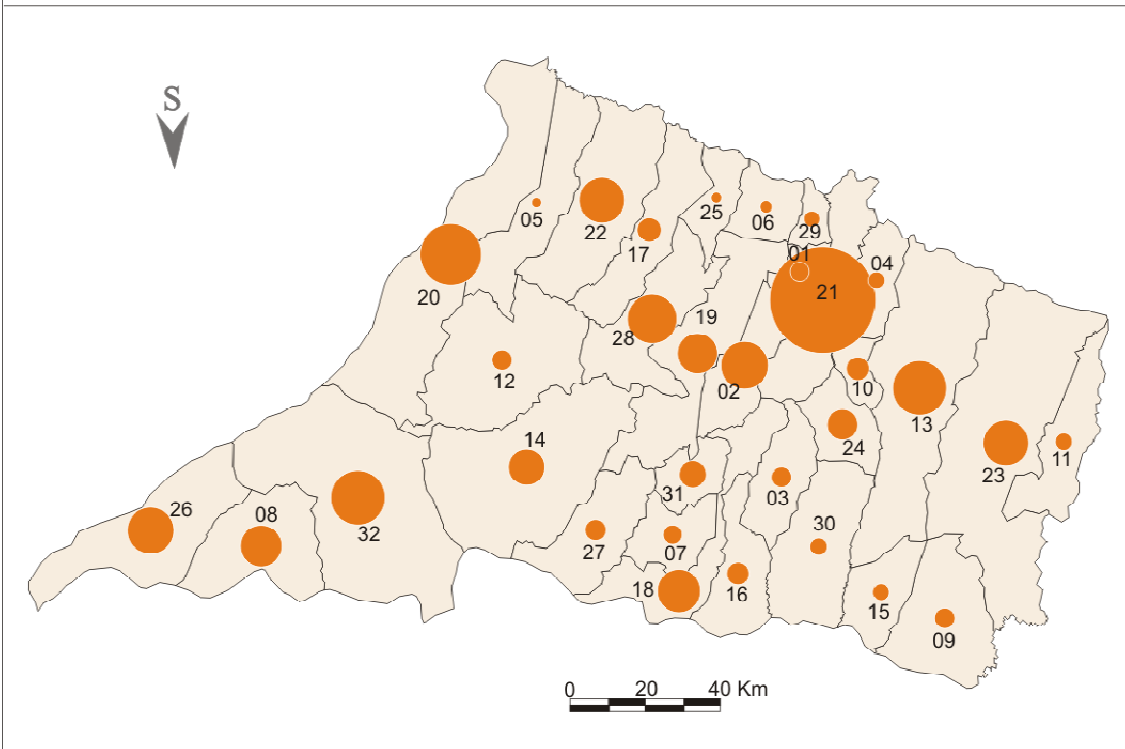
**Índice de Municípios**

01 - Alfredo Marcondes	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Nandubá	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancharia	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	



**Fonte:** IBGE/SIDRA/PAM  
**Cartografia:** José Sobreiro Filho  
**Software de Cartomática:** Philcarto  
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi  
**Apoio:** CNPq  
**Realização:** Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.

**Mapa 20 - Pontal do Paranapanema - Beneficiados pelo Bolsa Família por município - 2005  
Número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família**



**Índice de Municípios**

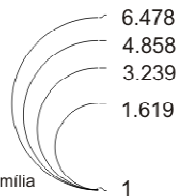
- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Nandubá                 | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



**Legenda**

**Quantidade de famílias beneficiadas pelo programa (ha)**



**Fonte:** IBGE/SIDRA/PAM

**Cartografia:** José Sobreiro Filho

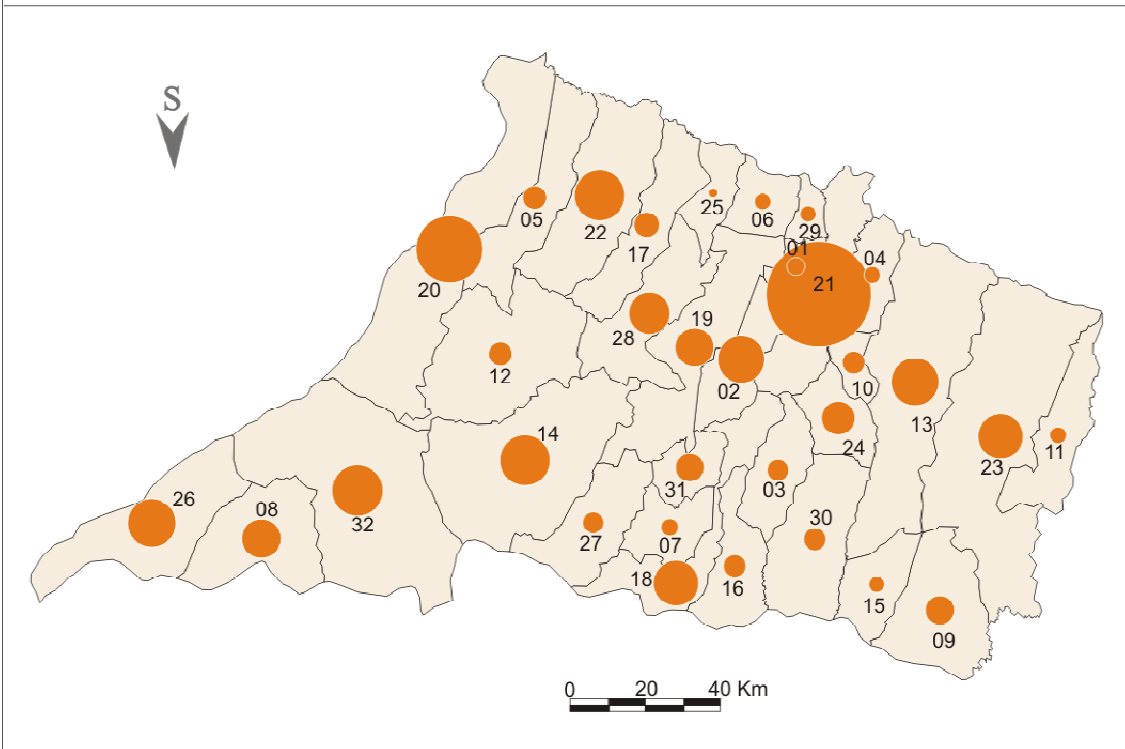
**Software de Cartomática:** Philcarto

**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Apoio:** CNPq

**Realização:** Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.

**Mapa 21 - Pontal do Paranapanema - Beneficiados pelo Bolsa Família por município - 2006**  
**Número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família**



**Índice de Municípios**

- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Nandubá                 | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



**Legenda**

**Quantidade de famílias beneficiadas pelo programa (ha)**



**Fonte:** IBGE/SIDRA/PAM

**Cartografia:** José Sobreiro Filho

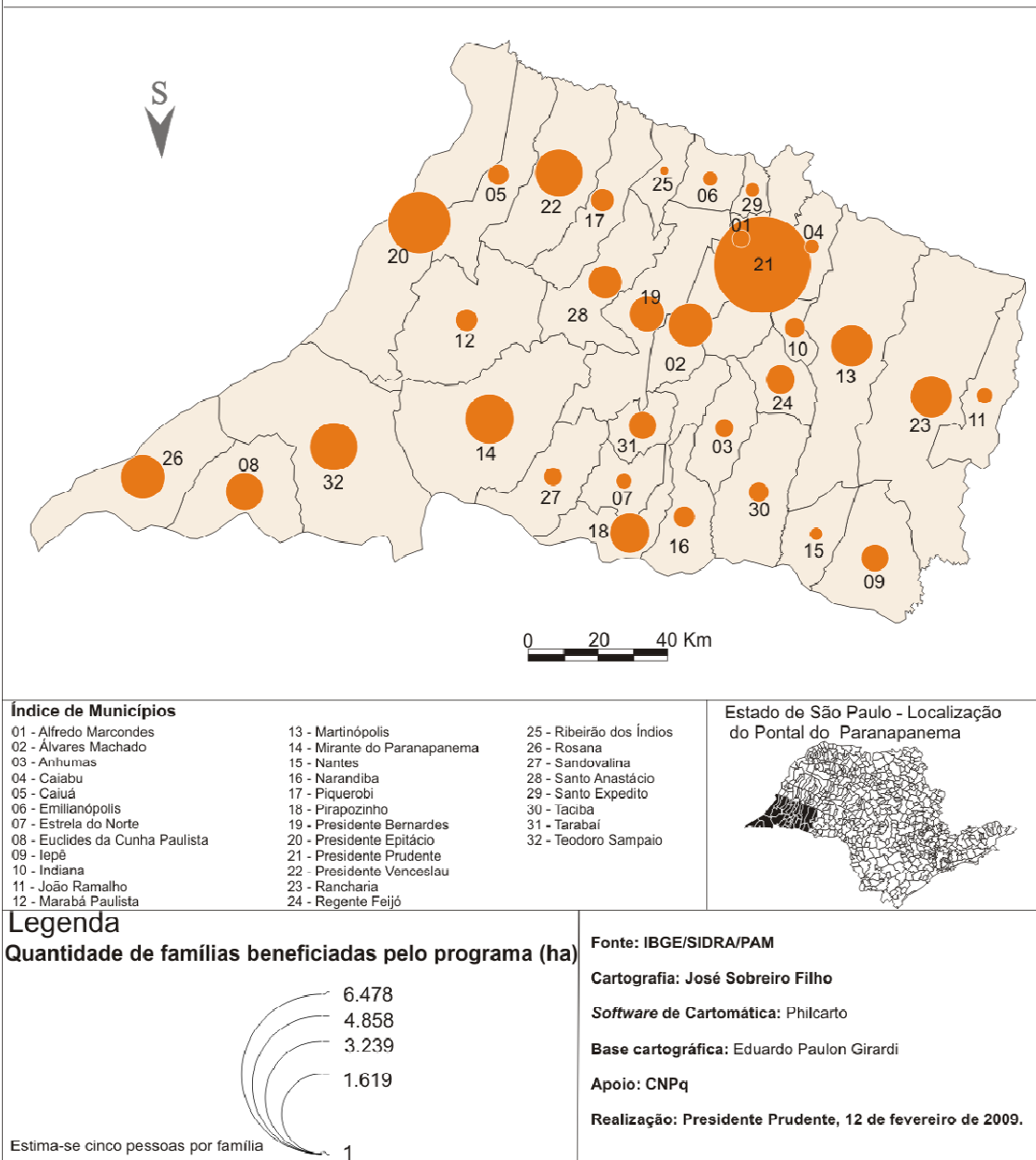
**Software de Cartomática:** Philcarto

**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Apoio:** CNPq

**Realização:** Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.

**Mapa 22 - Pontal do Paranapanema - Beneficiados pelo Bolsa Família por município - 2007**  
**Número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família**



### 3.5 – O avanço do capital sulcroatoolheiro no Pontal do Paranapanema

A cana de açúcar no Pontal do Paranapanema surge na década de 1970 com o programa Proálcool – Programa nacional do Álcool, pelo governo Federal. Visando desenvolver a monocultura da cana com o objetivo de se precaver da dependência do petróleo, visto que as crises petrolíferas afetavam a economia em escala mundial. O

programa começou a ruir com a queda do preço do petróleo e o aumento do preço da cana-de-açúcar, legando à região mais elementos para tencionar a luta pela terra.

Apesar do insucesso do programa o governo continuou a direcionar políticas públicas para a produção canavieira e também para a produção de energia elétrica. Sabemos que dentre os interesses de produção energética temos as usinas hidrelétricas ao longo do rio Paranapanema, onde a Duke Energy realiza a exploração das UHEs.

Nesse contexto de produção de energia, a cana surge como um novo elemento na luta pela terra na região, visto que se expande sobre as áreas que anteriormente pertenciam ao latifúndio, ou seja, a espacialização da cana na região nos leva à compreensão de ser a nova imagem do antigo latifúndio.

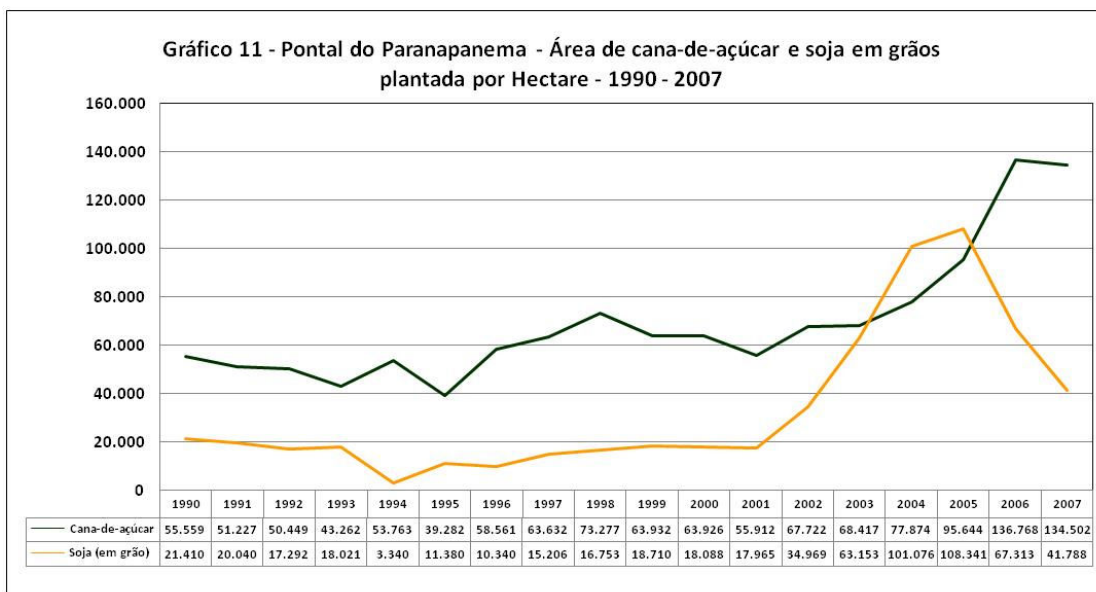
Todas as ocupações que aconteceram na região do Pontal, na década de oitenta, foram nessas terras. Vale ressaltar que esse processo de luta intensificou-se na região a partir de dois elementos motivadoras, consolidados na segunda metade da década de 1970: a) a construção da Destilaria Alcídia; b) o início da construção de três usinas hidrelétricas (Porto Primavera no rio Paraná, Rosana e Taquaraçu no Rio Paranapanema). (RAMALHO, 2002, p. 62).

A disputa territorial que antigamente era caracterizada pelo embate do latifúndio e dos sem-terra agora passa a incorporar como novo elemento o agronegócio materializado pela cana, ou seja, a nova imagem da concentração, exclusão, expropriação e exploração:

Dessa forma, as atividades econômicas desenvolvidas nos latifúndios de Teodoro Sampaio estão integradas aos principais circuitos produtivos, como o sucroalcooleiro, o sojicultor e a agroindústria frigorífica. Para o desenvolvimento dessas atividades, vem-se intensificando cada vez mais a mecanização; com isso, o trabalhador rural é substituído pela máquina, aumentando os bolsões de pobreza nas periferias urbanas. (LEAL, 2003, p. 27).

No Pontal do Paranapanema a territorialização do capital sulcroalcooleiro se intensificou após o ano de 2001, porém anteriormente havia a presença da cana com

menor intensidade e da soja. No decorrer do período de 1990-2007 a cana de açúcar e a soja foram commodities de maior presença na região. Visto o aumento de subsídios governamentais e a demanda da soja no mercado, a partir do ano de 2001 a soja iniciou um crescimento na região que durou até o ano de 2005 em que diante das dificuldades do fenômeno veranico<sup>15</sup> e em vista aos investimentos do governo para a plantação de cana para etanol. Observa-se que a área em hectares da cana aumenta desde o ano de 2001 e se estabiliza relativamente no ano de 2007 (Ver gráfico 11).



O avanço da cana na região a partir do ano de 2002 ocorreu inicialmente de maneira mais concentrada em determinados municípios e posteriormente se espacializou mais na região ganhando presença em novos municípios e desconcentrando determinados (ver figura 02). A territorialização da indústria sulcroativoaleira na região contribuiu fortalecendo o avanço da cana sobre as áreas do latifúndio e ameaçando o território do campesinato, visto que os assentamentos em alguns casos são espaços que interessam ao capital industrial. Esse processo produz diversos desdobramentos como verificamos na literatura a respeito:

Via de regra, a expansão e a consolidação das monoculturas, além de degradarem o meio ambiente – por exemplo, com a prática da despalha da cana-de-açúcar, através das queimadas, da destruição da biodiversidade, da exposição dos trabalhos à fuligem, aos gases tóxicos, e as populações circunvizinhas aos

<sup>15</sup> O fenômeno Veranico se consiste em um período de estiagem, caracterizado por altas temperaturas, forte insolação e baixa umidade relativa de duração mínima de quatro dias até semanas.

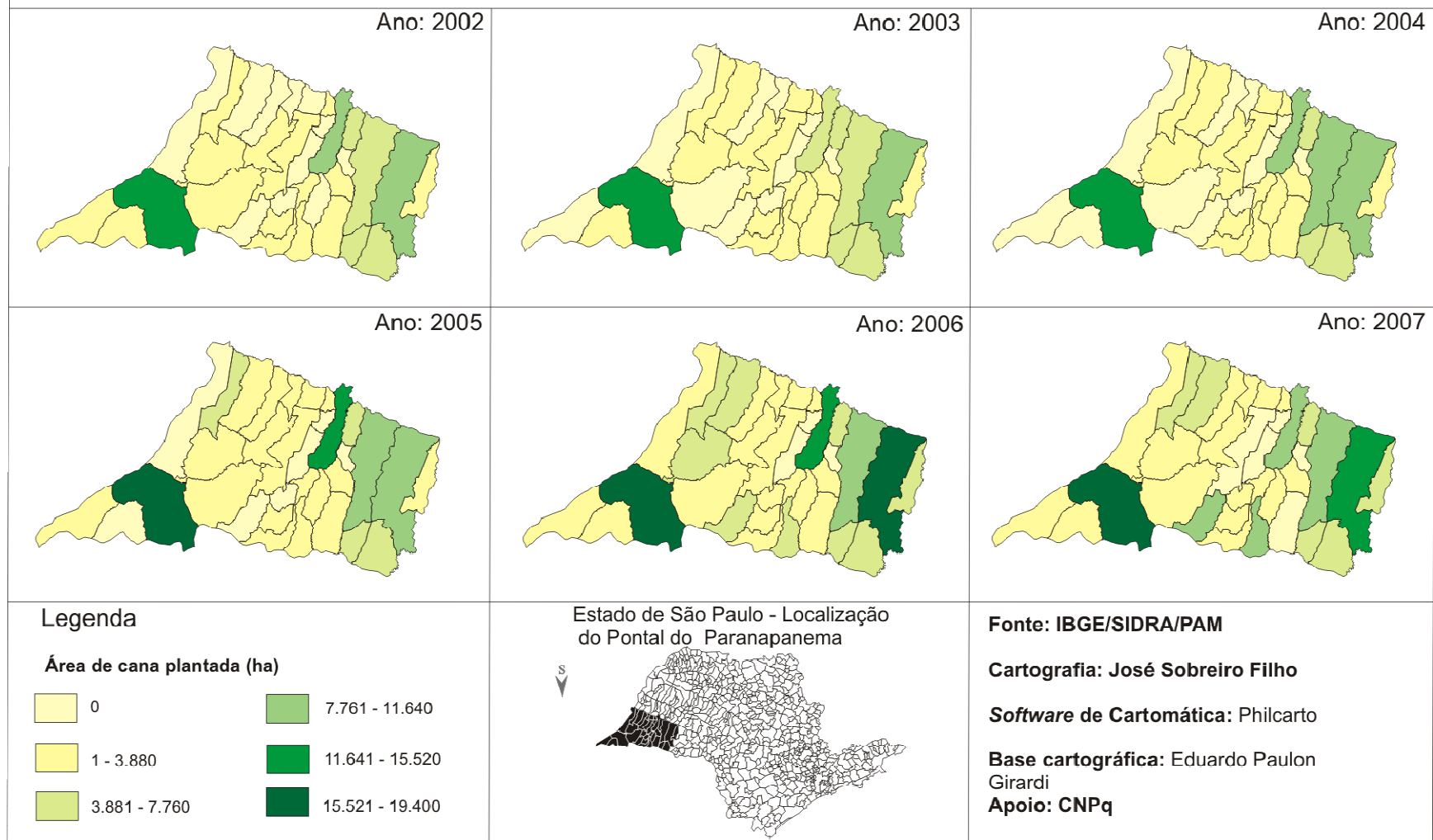


canaviais à sujeira e compostos químicos os quais provocam vários problemas de saúde pública – implementam práticas de exploração do trabalho que descumprem e ignoram a legislação trabalhista, os contratos de trabalho e os direitos civis prescritos na Constituição Federal. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p.10).

Na região, as conseqüências do avanço é a expropriação dos camponeses, a exploração dos trabalhadores, o aumento das diferenças sociais, entre outras, demonstrando assim que o capital exerce uma relação de poder. Nesse contexto, no entanto, o campesinato, também, é eliminado pela falta de subsídios e instrução técnica adequada a todos os assentamentos. Portanto, além do agronegócio, o Estado também colabora na eliminação do campesinato com a falta de políticas públicas adequadas e acompanhamento da produção, tanto não destinando subsídios bem como destinando mais subsídios ao agronegócio e à grandes produtores que tomam possíveis mercados devido ao barateamento de suas mercadorias pelo excesso de subsídios, facilidade da produção, acesso e incentivos. Sendo assim, o camponês sem condições para produção no campo encontra no assalariamento uma alternativa para a sobrevivência no campo e talvez a reprodução no lote, no caso do assentado que vai cortar cana.

**Figura 02 - Avanço da Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema - 2002-2007**

Área de cana-de-açúcar plantada por hectare



O camponês ou assentado se submete à exploração do capital como principal alternativa para sobrevivência, visto que as condições de reprodução e sobrevivência no lote são precárias e que o apoio do estado é insuficiente para garantir boas condições de vida. Nesse contexto, observamos que a comunidade da região torna-se uma alternativa de exercito industrial de reserva para trabalhar no campo e em alguns casos o capital sulcroatcooleiro encontra como alternativa a vinda de imigrantes da região Nordeste para trabalhar no corte da cana, sujeitando-se a péssimas condições de trabalhos (extensas jornadas, alojamentos precários, baixos salários, entre outras), assim não impactando beneficemente na sociedade regional.

Com as atenções voltadas para o Pontal do Paranapanema, podemos constatar que a expansão da agroindústria canavieira não traz alento para os trabalhadores e para a comunidade regional, visto estar se consolidando sem que seja assegurada nenhuma garantia à já ameaçada produção de alimentos, como financiamentos e políticas públicas para ampliar os horizontes da Reforma Agrária e de criação e viabilização de assentamentos rurais. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p.16).

Diante do fortalecimento do capital sulcroatcooleiro na região e das políticas agrícolas que privilegiam a agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar sendo um dos causadores do êxodo rural na região, a proposta da produção de alimentos para a região e da re-socialização através da criação e do sucesso dos assentamentos torna-se ameaçada visto que o capital e classe detentora de poderes políticos na região são atores hegemônicos na atuação da política na região além do que temos também a influencia de capital estrangeiro na região.

Outra questão a destacar é a crescente participação de capital estrangeiro, que teve inicio no ano de 2000, com os grupos Louis Dreyfus, Tereos (ex-Beghin-Say), Cargil, o grupo argentino Adeco Agropecuaria, os fundo de investimento Infinity Bio-Energy, que incorporou o fundo Evergreen e o fundo BDF, do qual um dos sócios é o banco Frances Societé Générale, controlador do Dreyfus. Da mesma maneira, grandes grupos nacionais também estão dirigindo investimentos para esse setor, tais como: Bradesco, Petrobrás, as organizações Odebrecht – líder da construção e petroquímica na América latina, detentora de duas unidades no Pontal do Paranapanema, estando uma em operação, a

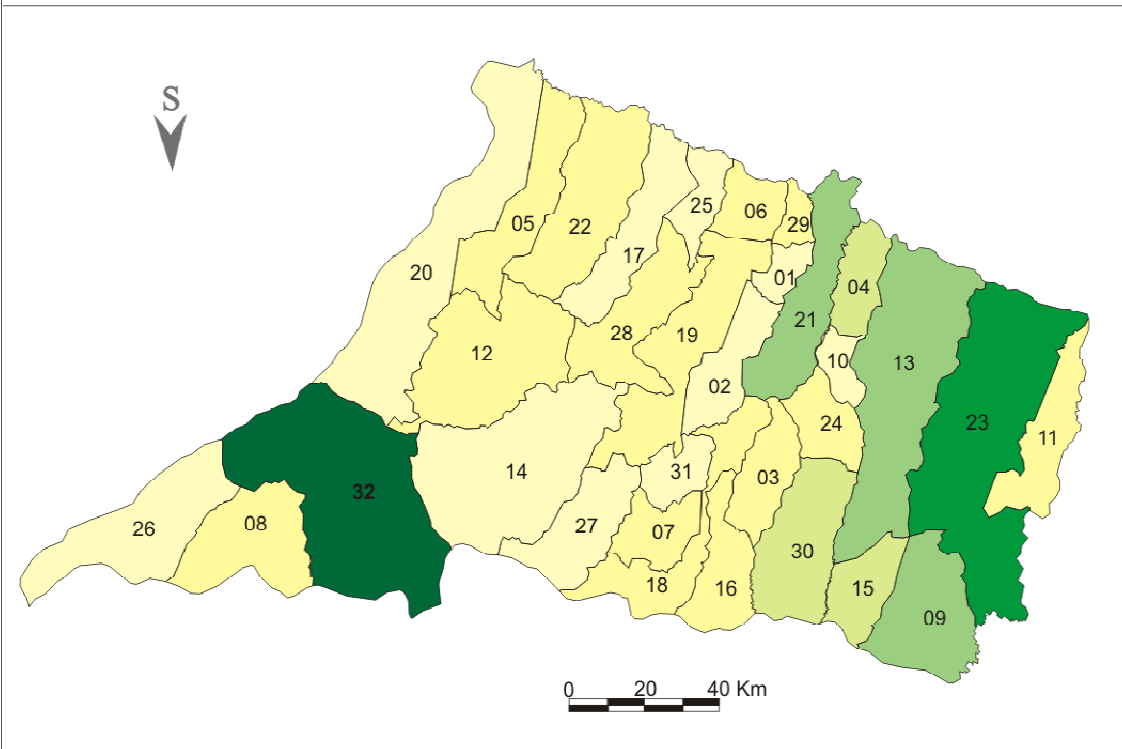
Destilaria Alcídia, e outra em construção, a Conquista do Pontal, que está disposta a investir R\$ 5 bilhões na produção de etanol, nos próximos oito anos, incluindo mais quatro ou cinco empresas agroprocessadoras. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p.14)

Dentre as relações políticas estabelecidas na região observamos que além das ameaças à proposta camponesa o incentivo à concentração e produção de desigualdades provém de uma posição do Estado como o caso do Projeto de Lei 578 que beneficiará a classe detentora das posses de terras devolutas legitimando-as, como o caso do Pontal em que a lei será posta a favor do capital sulcrocroleiro que se tem se territorializado sobre áreas anteriormente caracterizadas como latifúndio.

No mais, esse *imperialismo verde* requer salvaguarda para realizar investimentos, estabelecer alianças e pactos sociais, com o propósito de ter assegurada a estabilidade social no país, de que estamos assistindo inúmeros exemplos, no Brasil; o caso mais marcante, no Pontal do Paranapanema, acontece com o avanço das áreas de plantio de cana-de-açúcar e das plantas agroindustriais, associadas à legitimação das terras devolutas, de posse dos latifundiários, e, agora, com a possibilidade de sacramentar de vez a bandalheira fundiária, na região, com a aprovação do Projeto de Lei Nº 578, de autoria do governador do Estado, o qual vai legalizar todas as áreas com pendências jurídicas, acima de 500 hectares. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 20).

A legalização das terras facilitará a concentração das terras e renda na região, além do processo de mecanização do corte da cana que conseqüentemente acentuará o desemprego e as diferenças sociais, ou seja, o projeto de lei assegurará a estabilidade do agronegócio na região através da legitimação da posse. Identificamos que, durante o período de 2002-2007, dentre os municípios que compreendem a região ocorreu a territorialização da cana, que a cada ano a diferença entre eles se torna maior e que o número de municípios com cana de açúcar plantada aumenta a cada ano, além do que a cana esta presente mais intensamente nos municípios com maior porção territorial como: Teodoro Sampaio; Rancharia; Martinópolis e Presidente Prudente (ver mapas 24, 25, 26, 27 e 28).

**Mapa 24 - Pontal do Paranapanema - Área de cana plantada por município(hectare) - 2003**  
**Área de cana plantada**



**Índice de Municípios**

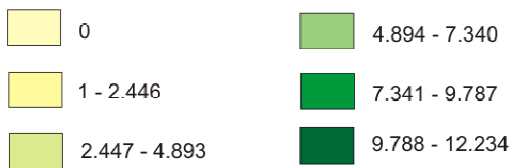
- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Nandubá                 | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



**Legenda**

**Área de cana plantada (ha)**



**Fonte:** IBGE/SIDRA/PAM

**Cartografia:** José Sobreiro Filho

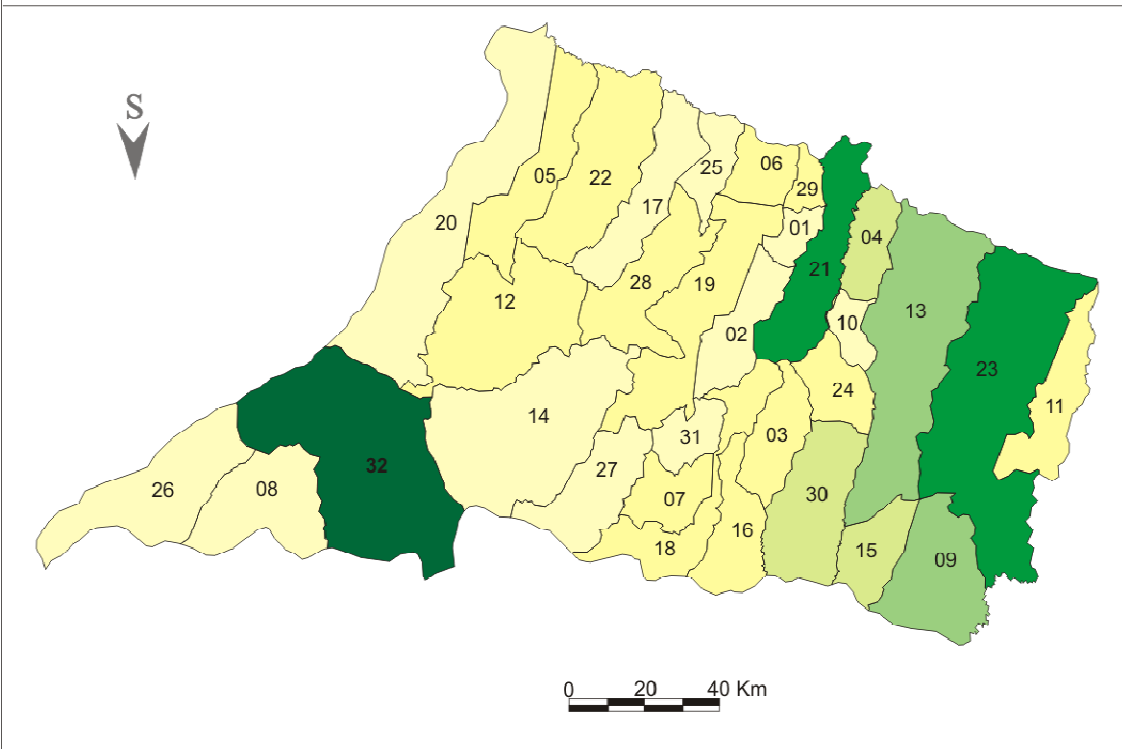
**Software de Cartomática:** Philcarto

**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Apoio:** CNPq

**Realização:** Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.

**Mapa 25 - Pontal do Paranapanema - Área de cana plantada por município(hectare) - 2004**  
**Área de cana plantada**



**Índice de Municípios**

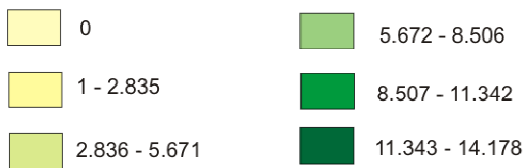
- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Narandiba               | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



**Legenda**

**Área de cana plantada (ha)**



Fonte: IBGE/SIDRA/PAM

Cartografia: José Sobreiro Filho

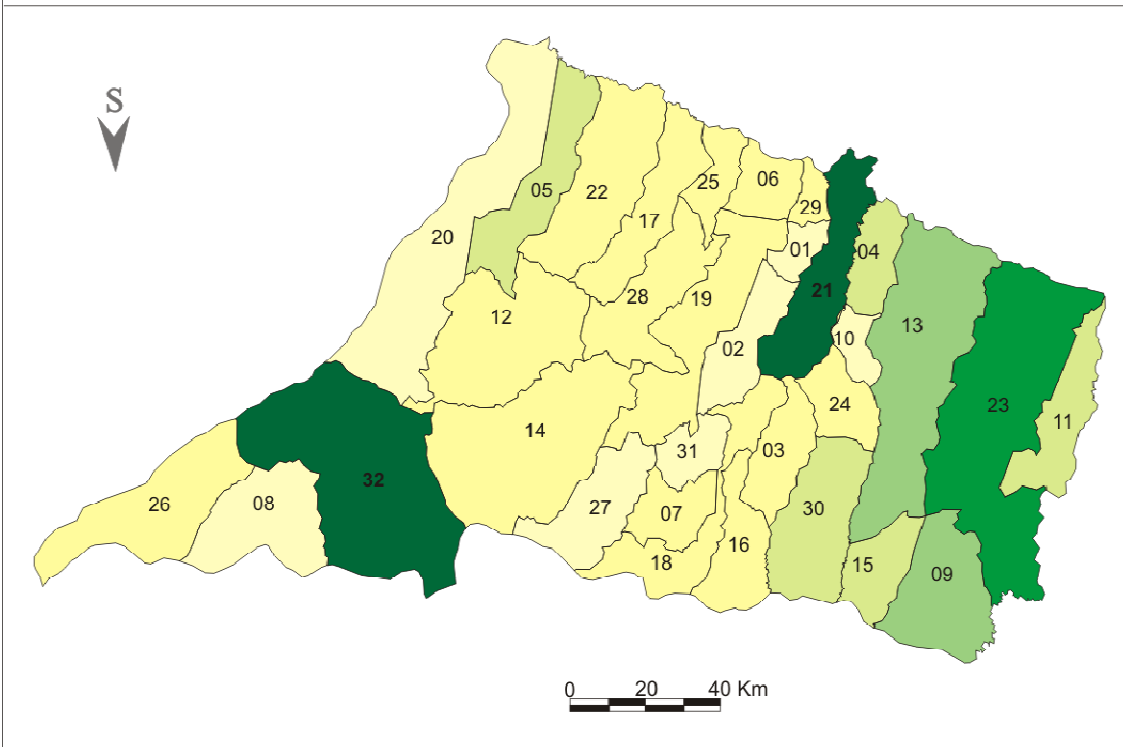
Software de Cartomática: Philcarto

Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Apoio: CNPq

Realização: Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.

**Mapa 26 - Pontal do Paranapanema - Área de cana plantada por município(hectare) - 2005**  
**Área de cana plantada**



**Índice de Municípios**







- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Narandiba               | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



**Legenda**

**Área de cana plantada (ha)**

	0		6.661 - 9.990
	1 - 3.330		9.991 - 13.320
	3.331 - 6.660		13.321 - 16.650

**Fonte: IBGE/SIDRA/PAM**

**Cartografia: José Sobreiro Filho**

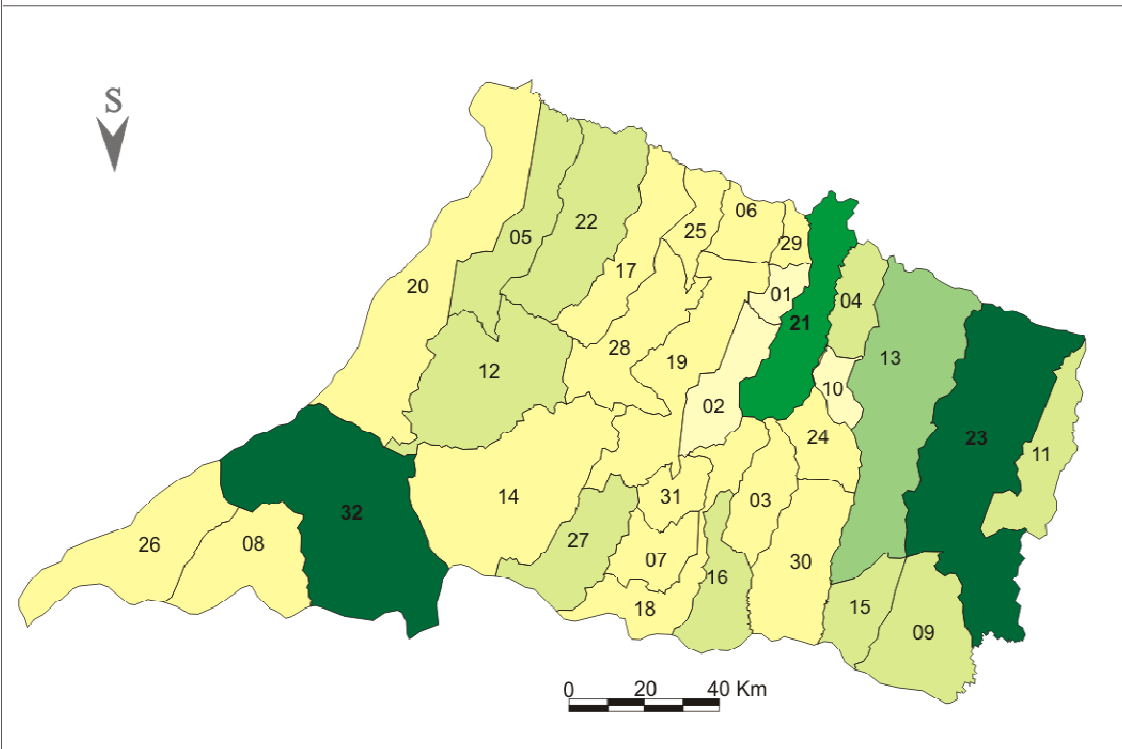
**Software de Cartomática: Philcarto**

**Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi**

**Apoio: CNPq**

**Realização: Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.**

**Mapa 27 - Pontal do Paranapanema - Área de cana plantada por município(hectare) - 2006**  
**Área de cana plantada**



**Índice de Municípios**







- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Nandubá                 | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



**Legenda**

**Área de cana plantada (ha)**

 3.881 - 7.760	 7.761 - 11.640
 1 - 3.880	 11.641 - 15.520
 0	 15.521 - 19.400

**Fonte:** IBGE/SIDRA/PAM

**Cartografia:** José Sobreiro Filho

**Software de Cartomática:** Philcarto

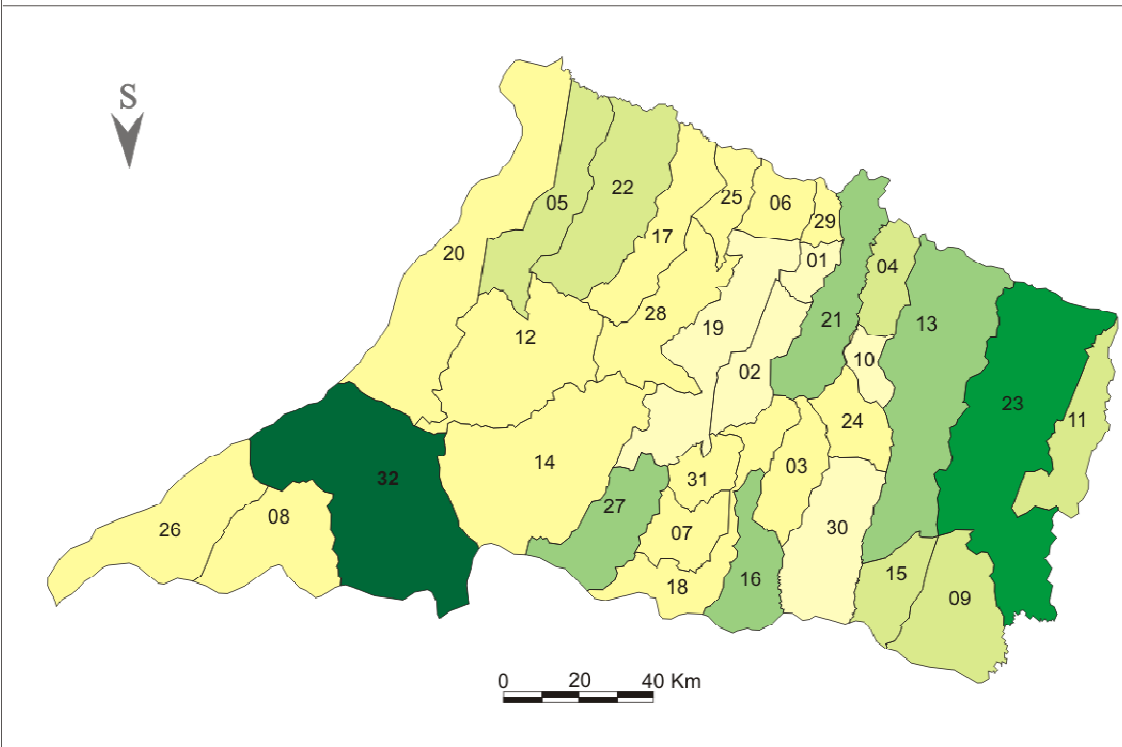
**Base cartográfica:** Eduardo Paulon Girardi

**Apoio:** CNPq

**Realização:** Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.



**Mapa 28 - Pontal do Paranapanema - Área de cana plantada por município(hectare) - 2007**  
**Área de cana plantada**



**Índice de Municípios**

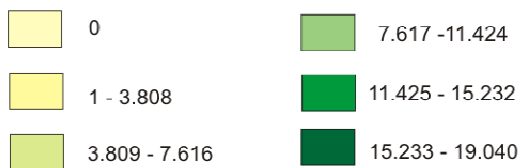
- |                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Narandiba               | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema**



**Legenda**

**Área de cana plantada (ha)**



Fonte: IBGE/SIDRA/PAM

Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto

Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Apoio: CNPq

Realização: Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2009.

Nesse sentido o agronegócio vem articulado a um forte discurso de promoção do desenvolvimento regional, utilizando como principal ferramenta a mídia local. A cana vem estampada na mídia nacional como *commoditie* que vai “salvar” e assegurar economicamente o Brasil, omitindo a realidade de um desenvolvimento econômico concentrado em troca do bem estar social. É o aumento da participação do Pontal do Paranapanema na divisão internacional do trabalho, através dessa alternativa, que contribui para o aumento das desigualdades locais

Todo esse desmonte não tem seu ciclo completo sem antes sem antes considerarmos que a fúria expansionista do agronegócio, para contar com o apoio de políticos, via de regra, vendidos, das populações e comunidades regionais, comumente desinformadas, ao venderem a falácia da *nova* perspectiva de emprego estão apenas aguardando, para um próximo momento, a intensificação da mecanização e, conseqüentemente, o descarte de centenas de milhares de trabalhadores rumo ao desemprego. Esse processo fortalece ainda mais a instabilidade do assalariamento rural temporário em condições precárias (bóias-frias ou diaristas não residentes), bem como a informalidade, ampliando sobremaneira a exploração dos trabalhadores, fortalecendo sistemas de controle político e trabalhista, favorecendo a prática da perseguição à filiação e luta sindical; todavia, estimula o alargamento das hordas de ocupantes de terra, que se somam a outros milhares de trabalhadores excluídos e precarizados, os quais, juntamente com suas famílias, apostam na alternativa do confronto com o capital, latifundiários, que além de promoverem todas as mazelas sociais, monopolizam igualmente as terras. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p.13-14).

A informação e as vias de comunicação tornam-se uma importante via que veicula as operações e aumenta agilidade da produção. A necessidade da comunicação visto que a cana atinge um mercado em escala global e da mecanização do meio de produção agrícola, que desemprega os trabalhadores rurais e promove as desigualdades, é visto como essência e meio elementar do agronegócio. Visto que em nossa sociedade temos a errônea noção de que o desenvolvimento está associado a produções em grande escala e o manejo realizado através da mecanização, esse modelo produtorista, conhecido como agronegócio, provoca impactos socioterritoriais, como: a expropriação, desigualdade social, abuso e exploração do trabalhador, entre outras.

No Pontal do Paranapanema, sabemos que o conflito é necessariamente territorial. O capital sulcroativo avança sobre o território do latifúndio caracterizado pela ilegalidade da posse e pelas áreas que não cumprem com a sua função social e pelo monopólio do território camponês com o plantio da cana em assentamentos. O processo de assalariamento de assentados que não conseguem produzir em suas terras por falta de políticas adequadas e dos trabalhadores sem terra que trabalham em condições subumanas no corte da cana e ainda a intensificação da mecanização da produção que aumenta o desemprego geram conflitos materializados pelos

camponeses e trabalhadores como manifestações, ameaças, marchas, greves, ocupações para se oporem ao processo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Estas são as contradições geradas pela questão agrária no Pontal entre o agronegócio e os movimentos socioterritoriais e sindicais.

#### **4 Detalhamento dos progressos realizados**

Durante a elaboração deste relatório parcial conseguimos realizar uma leitura da realidade da questão agrária no Pontal do Paranapanema e identificar os principais elementos e fatores que influíram na luta pela terra e que caracterizam a nova questão agrária da região. Também observamos que o DATALUTA é um importantíssimo instrumento que facilita a compreensão da dinâmica referente à luta pela terra na região, facilitando tanto a representação dos fenômenos quanto o entendimento do próprio pesquisador em relação à pesquisa.

Visto que a realidade está próximo ao banco de dados foi possível além de um debate teórico acerca da questão, realizar trabalhos de campo que facilitaram a compreensão e contribuíram para a compreensão dos processos na região. Diante da amplitude do banco de dados encontramos no transcorrer da pesquisa diversas possibilidades de leitura e representação dos dados, facilitando o debate teórico visto que há respaldo nos registros.

#### **5 Plano de trabalho para a etapa seguinte**

- 1 – Digitar os dados de assentamentos do ano de 2008;
- 2 – Levantar dados de ocupações de 2008 e digitar na base de dados de Ocupações;
- 3 – Participar das reuniões da REDE DATALUTA
- 4 – Levantar dados de movimentos socioterritoriais para 2008;
- 5 – Analisar dos dados do DATALUTA - Estrutura Fundiária, os novos dados do IBGE – Censo de 2006 e uma análise das fazendas ocupadas de 1990-2008;

6 – Estudar a bibliografia básica da questão agrária e pesquisar novas referências para análise dos dados;

7 – Fazer debate sobre a periodização das questões agrárias do Pontal;

8 – Apresentar os resultados da pesquisa em eventos científicos;

8 – Elaborar o relatório final.

### 5.1 Cronograma para a etapa seguinte

ATIVIDADE	TRI 3	TRI 4
1	X	X
2	X	X
3		X
4	X	X
5		
6	X	X
7		X
8	X	X

### 6 Atividades relacionadas a pesquisa

#### 6.1 Reuniões e Colóquios

Reunião REDE DATALUTA

Data: 19 e 20 de Março de 2009

Horário: 08:00 às 12:30 h e 14:00 às 18:00.

Pauta:

- Relatórios DATALUTA
- Livro DATALUTA
- Programa DATALUTA
- DATALUTA jornal
- DATALUTA Ocupações

## **6.2 Participação em eventos**

Participação no CIC - XX CIC - Congresso de Iniciação Científica

## **6.3 Trabalhos apresentados em eventos**

Apresentação do trabalho “Uma leitura geográfica sobre as ocupações de terra – 1988-2007” no CIC - XX CIC - Congresso de Iniciação Científica.

Apresentação do trabalho “A Questão das Ocupações de terras no Brasil – 1988-2007” no XII EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina.

## **7 Considerações finais**

Até o momento, cumprimos com todos os objetivos mencionados na proposta. Apresentamos análises dos dados sistematizados e mapeados na escala do Pontal do Paranapanema. A pesquisa nos possibilitou aprofundar os conhecimentos acerca dos processos e elementos que compreendem a questão agrária na região, como: a territorialização dos assentamentos rurais, a espacialização das ocupações de terra, a atuação dos movimentos socioterritoriais e territorialização do capital sulcroalcooleiro. No transcorrer da elaboração do relatório, além da literatura a respeito do processo de ocupação do pontal e dos debates sobre a questão agrária, os dados do DATALUTA e do avanço do capital sulcroalcooleiro na região nos possibilitou o aprofundamento do

entendimento acerca dos antigos e novos processos que se estabelecem na luta pela terra na região.

A luta pela terra na região encontrou um novo elemento conflitante. O avanço do capital sulcroativo ameaça as propostas dos movimentos socioterritoriais e se territorializa sobre as áreas do antigo latifúndio e de áreas em processo de regularização fundiária, além de ganhar espaço político e explorar a mão-de-obra dos assentamentos, provocando diversos desdobramentos na sociedade.

Diante do avanço do relatório parcial, visamos para o próximo relatório atualizar os dados, discutir e pesquisar uma bibliografia mais ampla que nos possibilite aprofundar o debate, identificar novos elementos e seus rumos na região.

## **8 Referências bibliográficas**

CAMPO MINADO. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 12, 8 de mai. 2000.

WELCH, Clifford Andrew. **Mobilização camponesa no Pontal: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 – 1996.** [http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes\\_2009.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2009.pdf), acessado em 10 de abril de 2009.

**Enciclopédia Contemporânea da América latina e do Caribe.** São Paulo: ALPAC – Associação latino-americana de pesquisa e ação cultural, 2005. p. 46-52.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Ocupação como forma de acesso à terra**. In: XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington – DC, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

LEAL, G. M. **Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP**. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RAMALHO, C. B. **Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP**. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbarie na Agroindústria Canavieira)**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 05-25, dez. 2007.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por uma “Cruzada” contra a fome e o Agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo adiado**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 07-33, out. 2008.

O Bolsa-Família enfraquece o MST, *O ESTADO DE SÃO PAULO*, São Paulo, P. A10, 27 de abr. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Unbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo. FFLCH/Labur Edições. 2007.